



Sibely Joaquina Pereira Lima

**Subjetividade e construção do vínculo em famílias
monoparentais**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da
PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro

Dezembro de 2018



Sibely Joaquina Pereira Lima

**Subjetividade e construção do vínculo
em famílias monoparentais**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica)
da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo assinada.

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Andrea Seixas Magalhães

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Carlos Eduardo Veiga da Silva

Centro Universitário Hermínio da Silveira - IBMR

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Sibely Joaquina Pereira Lima

Psicóloga com especialidade em Psicologia Clínica pelo Centro Universitário Hermínio da Silveira – IBMR (Laureate International Universities). Pós-graduada em Jung pelo Centro Universitário Hermínio da Silveira – IBMR (Laureate International Universities). Bacharel e licenciada em Música pela Universidade de Brasília UnB.

Ficha Catalográfica

Lima, Sibely Joaquina Pereira

Subjetividade e construção do vínculo em famílias monoparentais / Sibely Joaquina Pereira Lima ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2018.

a) 66 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2018.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Família. 3. Monoparentalidade. 4. Subjetivação. 5. Vínculo. 6. Rede social de apoio. I. Carneiro, Terezinha Féres. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

À orientadora Terezinha Féres-Carneiro pelas observações ao longo do processo da pesquisa e na composição deste trabalho, com o meu respeito e admiração pelo seu pioneirismo e relevantes contribuições no campo da pesquisa acadêmica em Psicologia Clínica na linha de Casal e Família.

Ao professor Carlos Eduardo Veiga pelo incentivo e apoio desde a Graduação.

À professora Andrea Seixas Magalhães pela atenção dada aos meus interesses acadêmicos ao longo do curso de mestrado e pelas sugestões na Banca de Qualificação.

À professora Mônica Dias pelas enriquecedoras sugestões oferecidas na Banca de Qualificação.

À equipe de pesquisa em Casal e Família da PUC-Rio, coordenada pela professora Terezinha Féres-Carneiro, pelo ambiente promotor de aprendizado.

Aos participantes desta pesquisa, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

À amiga Vanuza Postigo pelas produtivas interlocuções.

Aos professores e funcionários da PUC-Rio.

Aos colegas de Mestrado pelas trocas estimulantes.

A Erich Meyer pelo inspirador amor aos estudos e pelo incentivo.

Aos meus pais, Jacyara e Adalberto, pelos esforços empreendidos em favor da minha educação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Lima, Sibely Joaquina Pereira; Féres-Carneiro, Terezinha. **Subjetividade e construção do vínculo em famílias monoparentais**. Rio de Janeiro, 2018. 66 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho tem como objetivo investigar a vivência da monoparentalidade. Considerando-se que as famílias monoparentais crescem em número, sofrem transformações e colocam novas questões, foi realizada uma pesquisa qualitativa na qual participaram cinco mulheres e três homens da classe média da população urbana do Rio de Janeiro, com idades entre 35 e 58 anos, cujas famílias são monoparentais desde o início, sendo sete por via da adoção. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado. Os resultados foram analisados conforme o método de análise de conteúdo. Observou-se que a parentalidade solitária acontece em decorrência de variadas motivações, paralelamente à ausência de um parceiro com quem compartilhar o desejo de ser pai/mãe. Verificou-se que os principais desafios são a sobrecarga e incertezas ao exercer funções e papéis parentais, o exercício solitário da autoridade ao lidar com as questões dos filhos e o enfrentamento dos preconceitos. Os dados sugerem que a construção do vínculo com os filhos acontece por meio de uma trajetória temporal, sendo moldada pelas transmissões do passado e pelos ideais parentais na construção de um futuro. Constatou-se que a vivência da monoparentalidade é associada a transformações significativas na vida do sujeito. Concluiu-se que, neste grupo, o imperativo maior é o desejo de ter filho(s), sendo a monoparentalidade o modo de realizá-lo. Estes sujeitos encontram novas formas de exercer as funções parentais, construindo redes sociais de apoio, apontando para novos modos de subjetivação nas relações familiares contemporâneas e para novas formas de pensar as famílias monoparentais.

Palavras-chave

Família; monoparentalidade; subjetivação; vínculo; rede social de apoio

Abstract

Lima, Sibely Joaquina Pereira; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Subjectivity and bonding in single-parent families**. Rio de Janeiro, 2018. 66 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work aims to investigate the experience of single parenting. Considering that single-parent families grow in number, undergo transformations and raise new questions, a qualitative research was carried out in which five women and three men from the middle class of the urban population of Rio de Janeiro, aged between 35 and 58 years, participated. These families have been single-parents since the beginning, seven of them by way of adoption. Data were obtained through semi-structured interviews. The results were analyzed according to content analysis. It was observed that solitary parenting occurs due to a variety of motivations, in parallel with the absence of a partner with whom to share the desire to be a parent. It was found that the main challenges are overloading and uncertainty in exercising parental functions and roles, the solitary exercise of authority in dealing with children's issues and coping with prejudice. The data suggest that the construction of the bond with the children happens through a temporal trajectory, being shaped by the transmissions of the past and also by the parental ideals in the construction of a future. It was verified that the experience of single parenting is associated with significant transformations in the life of the subject. It was concluded that in this group, the greatest imperative is the desire to have childr(en), and single parenting is the way to achieve it. These families find new ways of performing parental functions, building social support networks, pointing to new modes of subjectivation in contemporary family relationships and new ways of thinking single-parent families.

Keywords

Family; single parenting; subjectivation; bonding; social support network

Sumário

1. Introdução	8
2. A experiência subjetiva no exercício monoparental	12
Método	15
Análise e discussão dos resultados	17
Considerações finais	29
3. Monoparentalidade e a construção do vínculo com os filhos	32
Método	37
Análise e discussão dos resultados	38
Considerações finais	50
4. Conclusão	54
5. Referências bibliográficas	59
Anexo I	63
Anexo II	64
Anexo III	65

1. Introdução

As famílias nomeadas como monoparentais fazem parte da diversificação das formas de família e de parentalidade na sociedade contemporânea (Solis-Ponton, 2004). A família conjugal moderna, predominante no século XIX até meados do século XX, vem produzindo transformações como as novas composições familiares, no contexto da liquidez característica das sociedades modernas (Baumann, 2001). A liberação sexual dos anos 60 e a consolidação dos ideais democráticos intensificaram o individualismo, o hedonismo e a efemeridade nas relações humanas. As novas tecnologias contraceptivas e procriativas e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho possibilitaram e afetaram os novos arranjos familiares (Roudinesco, 2003; Singly, 2011).

As famílias monoparentais constituem objeto renovado de pesquisa porque crescem em número e sofrem transformações que colocam novas questões. Foi em meados de 1970, na França, que as famílias monoparentais foram reconhecidas como famílias, criando uma categoria social, política e econômica, de forma que o Estado passa a oferecer proteção à família dos efeitos da fragilidade dos laços conjugais. Nos fins dos anos 70, estas famílias adquiriram também um lugar no campo acadêmico, tornando-se alvo de pesquisa (Letablier, 2011). A expressão famílias monoparentais surgiu em 1975 com a socióloga feminista Andrée Michel de modo que as então chamadas “filhas mães” foram qualificadas como mães solteiras (Weissmann, 2015). A legitimação destas famílias contribuiu para mudar a abordagem do fenômeno familiar, especialmente por introduzir a ideia de uma pluralidade possível de formas familiares, substituindo uma visão normativa, fundada sobre uma concepção que considera “a família”, como sendo a família conjugal. Esta visão considerava as outras formas como desviantes, vistas como anormais, e com uma hierarquia implícita dentro da anormalidade: as viúvas e mães solteiras não recebiam o mesmo tratamento (Letablier, 2011). Assim, a expressão “famílias monoparentais” contribuiu para enfraquecer os estigmas sociais associados ao divórcio e à maternidade sem casamento (Singly, 2011).

Entretanto, o aumento do número de separações e de divórcios promoveu outras formas de ingresso na monoparentalidade, que propiciaram o

desenvolvimento de novas dinâmicas relacionais. Simultaneamente, com as novas técnicas procriativas, mulheres com boa condição financeira passaram a desejar ter filhos sozinhas, sem a presença do cônjuge, caracterizando um outro lado da realidade monoparental, a assim chamada produção independente, seja por via da reprodução assistida ou da adoção. No Brasil, em 1988, o arranjo monoparental foi reconhecido como uma entidade familiar. Dados do IBGE (2015), referentes a arranjos familiares com filhos residentes, estimam em 26.8% o número de lares com responsável feminino, sem cônjuge e com filho(s). Entretanto, esta sondagem aborda os núcleos monoparentais indistintamente, quer sejam constituídos por viúvas, divorciadas ou solteiras. Embora os dados nacionais não tenham estatística sobre as famílias monoparentais femininas por escolha, essas famílias parecem compor uma parcela expressiva, ao considerarmos o contexto brasileiro (Leão, Porta, Pauli, Antoniazzi, Siqueira, 2017).

O grupo das famílias monoparentais constitui uma categoria muito heterogênea, com características variadas, fazendo com que cada situação tenha um desenho muito próprio de acordo com a forma de ingresso, a idade dos pais, dos filhos, gênero da figura parental, condições socioeconômicas, a origem da criança, as relações envolvidas no seu nascimento, e o modo de vida de quem cuida (BMFSFJ, 2012). Surpreendeu-nos que, no decorrer desta pesquisa, das oito famílias que aceitaram ser entrevistadas, sete se constituíram por meio da adoção, o que trouxe a alguns dos nossos resultados características semelhantes àqueles de famílias adotivas. As famílias adotivas constituem um ramo de estudos que existe há mais tempo e a monoparentalidade, sendo um fenômeno mais recente, acrescenta ao campo da adoção algumas especificidades, o que conduz a novas investigações. No que concerne à monoparentalidade adotiva, a legislação brasileira reconheceu o direito de adoção a pessoas solteiras a partir da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2014). Desde então vem crescendo o número de requerentes solteiros em processos de habilitação, sobretudo em mulheres (Levy & Féres-Carneiro, 2002). Entretanto, cresce o número de homens que assumem sozinhos a parentalidade, o que incita a novos estudos decorrentes deste novo comportamento. Conforme apontam Leão, Porta, Pauli, Antoniazzi e Siqueira (2017), dados internacionais indicam que 30% das adoções são realizadas por pessoas solteiras (Weber, 2011).

Segundo Weber, no Brasil, o perfil dos candidatos à adoção vem se modificando nos últimos anos e 10% das adoções são monoparentais, acompanhando o crescimento das tendências internacionais. É importante atentar que, dentro da categoria das famílias monoparentais adotivas, encontramos especificidades, dinâmicas diferenciadas conforme a idade das crianças, havendo processos psicológicos distintos entre as adoções tardias e aquelas de bebês. Adicionalmente, vale notar que as famílias monoparentais apresentam um alto risco de vulnerabilidade social, uma vez que vivem em um contexto no qual a biparentalidade predomina, o que pode gerar isolamento (Uziel, 2004).

Teoricamente, as famílias monoparentais merecem um olhar especializado porque diferem do clássico cenário edipiano de família - pai, mãe, filhos, proposto pela Psicanálise no contexto de uma organização patriarcal da sociedade e da família no século XIX, no qual a família era pensada tanto pela função paterna, quanto pelas funções materna e filial. Ao lidarmos com as dificuldades de pensar uma família sem o vínculo de casal, alguns autores vêm em nosso auxílio. Berenstein salienta a mudança de paradigma, após maio de 1968, relacionada à crise da representação, que atingiu várias áreas do conhecimento e também a noção de parentesco, em sua conceituação estrutural. Segundo o autor, esta última aprofundou-se após a Segunda Guerra, com Lévi-Strauss, Jakobson, Lacan e outros e foi gerado um pensamento no qual os fatos passaram a ter lugares estabelecidos com funções a cumprir. No parentesco, havia o lugar do pai, da mãe e do filho, lugares que antecederiam aqueles que deveriam ocupá-los. Após maio de 1968, começou-se a contestar os modelos preconcebidos, e a enxergar que, para além da estrutura, havia sujeitos em relação, e que os lugares do parentesco eram uma investidura. Um sujeito era tal e, além disso, investia-se como filho, mãe ou pai. Não era somente sujeito porque era pai ou filho. Estas considerações nos levam a compreender que não é mais a forma da família a garantia de saúde e desenvolvimento para seus membros, mas sim, a qualidade de suas relações, no que tange aos afetos e às construções aí envolvidos.

Ciccone (2014a) aponta para as bases psíquicas das funções parentais, de modo a ratificarmos que a atribuição ao sexo da função de pai e de mãe diz respeito a uma construção social. O autor propõe a atualização do conceito de

preocupação materna primária, como formulado por Winnicott, para preocupação parental primária, baseado em seu conceito de biparentalidade psíquica. É importante ressaltar que todas as épocas tiveram meios de subjetivação concernentes ao seu contexto histórico e que as diversas condições sociais e econômicas próprias deste século deram origem a outras formas de estar e fazer-se em vínculo com o outro nas relações familiares (Weissman, 2015).

Berenstein (2009) aponta a necessidade de uma concepção vincular para pensar os relacionamentos humanos e lança o desafio de pensar as famílias monoparentais de uma outra maneira, e não apenas como um déficit em relação às famílias biparentais. O autor enfatiza que, geralmente, circula a ideia de que todo tempo passado foi melhor. Talvez tenha sido melhor porque, como já passou, pode ser representado, não está exposto ao acaso, à novidade, à expectativa do que acontecerá. A ideia da perda de algo passado, de algo que deveria ter sido e já não é, alimenta a resistência ao novo.

No âmbito dessas considerações, para atingir o objetivo de estudar a vivência da parentalidade em famílias monoparentais, realizou-se uma pesquisa qualitativa com oito participantes, cinco mulheres e três homens das camadas médias urbanas da população carioca, com idades entre 35 e 58 anos, os quais criam sozinhos seus filhos, sendo famílias que se constituíram desde o início como monoparentais, sendo sete por via da adoção. A partir das narrativas obtidas emergiram sete categorias de análise: *sobrecarga e incertezas da solidão, o contexto da escolha, transformações, preconceito, o exercício solitário da autoridade, a construção do vínculo no tempo e rede social de apoio*.

Esta dissertação será apresentada em formato de dois artigos. O primeiro tem como ideia central a experiência do sujeito ao exercer papéis e funções parentais. O segundo focaliza a construção do vínculo com os filhos nas famílias monoparentais.

2. A experiência subjetiva no exercício monoparental

Resumo

Este estudo é parte de uma investigação mais ampla sobre a vivência da monoparentalidade e tem como objetivo investigar a experiência subjetiva no exercício monoparental. Para isto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados cinco mulheres e três homens, com idades entre 35 e 58 anos, oriundos da classe média da população urbana do Rio de Janeiro. Estas famílias são monoparentais desde o início, sendo sete por via da adoção. Os resultados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial. Da análise do material surgiram sete categorias de análise. Para atingir os objetivos formulados no presente trabalho, serão discutidas as categorias *sobrecarga e incertezas da solidão, o contexto da escolha, transformações e preconceito*. Os resultados apontaram que, neste grupo, a monoparentalidade foi o meio encontrado para realizar o desejo de ter filho(s), revelando-se como uma forma de subjetivação ao exercer funções e papéis parentais. A rede social ainda precisa desenvolver estratégias para lidar com as novas situações trazidas por estas famílias.

Palavras-chave: família, monoparentalidade, subjetivação

Abstract

This study is part of a larger research on the experience of single parenting and aims to investigate the subjective experience in single parents. For this, a qualitative research was carried out in which five women and three men, aged between 35 and 58 years, from the middle class of the urban population of Rio de Janeiro, were interviewed. These families have been single-parents since the beginning, seven of them by way of adoption. The results were analyzed according to the content analysis method, in its categorical aspect. From the analysis of the material came seven categories of analysis. To achieve the objectives formulated in this paper, the categories *overload and uncertainties of solitude, the context of choice, transformations and prejudice* will be discussed. The results showed that in this group, single parenting was the means to achieve the desire to have children, revealing itself as a form of subjectivation when exercising parental functions and roles. The social network still needs to develop strategies to deal with the new situations brought by these families.

Keywords: family, single parenting, subjectivation

No contexto da liquidez característica das sociedades modernas (Bauman, 2001), as famílias nomeadas como monoparentais fazem parte da diversificação das formas de família e de parentalidade na sociedade contemporânea (Solis-Ponton, 2004). A liberação sexual dos anos 60 e a consolidação dos ideais democráticos intensificaram o individualismo, o hedonismo e a efemeridade nas

relações humanas. Os avanços da medicina e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho possibilitaram e afetaram os novos arranjos familiares (Roudinesco, 2003; Singly, 2011). Em uma época de aceleradas transformações, os laços familiares são mais vitais do que nunca, sendo importante compreender tanto os desafios que as famílias enfrentam quanto os processos familiares que possibilitam que elas prosperem (Walsh, 2016).

Freud (2009/ 1913-1914) foi pioneiro nos estudos sobre as origens do parentesco (Solis-Ponton, 2004), apontando para os aspectos psíquicos, inaugurando o campo de estudos que diferencia parentesco de parentalidade (Magalhães, Féres-Carneiro, Machado, Mello, 2015). Parentalidade é um conceito desenvolvido por psicanalistas no final dos anos 1950 tratando-se de um processo maturativo e, segundo Racamier, Sens e Carretier (1961), implica em uma crise de identidade, na qual o sujeito é confrontado com transformações identificatórias profundas, promovidas pela revivescência de conflitos antigos profundos nesta nova fase de desenvolvimento da personalidade (Houzel, 2004). Desde os anos 1980 o termo tem sido usado para designar as funções e papéis parentais, envolvendo processos que vão além daqueles contidos na noção de parentesco. Assim, a parentalidade é o estudo dos processos psicológicos que se desenvolvem a partir dos vínculos de parentesco. Solis-Ponton (2004) estuda a parentalidade a partir do psiquismo, como uma estrutura que se instala em ação e que continua evoluindo em paralelo com o desenvolvimento do indivíduo e do grupo familiar, uma vez que é um processo que se inicia antes do nascimento dos filhos e que continua ao longo da vida, intensificando-se em determinados períodos de transição como adolescência e nascimentos, por exemplo.

Os trabalhos de Houzel (2004) no acompanhamento e análise de famílias cujas problemáticas encontravam-se sob os domínios jurídicos, terapêuticos ou da assistência social, revelaram três eixos constitutivos da parentalidade: o exercício, a experiência, e a prática. O exercício da parentalidade refere-se aos laços de parentesco, aos direitos e deveres prescritos pela sociedade, incluindo também os interditos próprios de determinada cultura. A experiência da parentalidade diz respeito ao aspecto subjetivo, consciente e inconsciente, do fato de vir a ser pai, de preencher papéis parentais, o que inclui o desejo pelo filho, o período pré-natal, o

desejo de transmitir o que foi recebido, enfim, todo o processo de transição em direção à parentalidade. A prática da parentalidade significa os cuidados cotidianos físicos e psíquicos junto aos filhos, compreendendo as trocas entre pais e filhos nas interações comportamentais, afetivas, fantasmáticas e simbólicas (Zornig, 2012).

Quanto ao argumento de que nas famílias monoparentais faltaria o outro sexo, novos desenvolvimentos psicanalíticos oriundos da clínica e da observação de bebês apontam para a natureza psíquica das funções parentais. Ciccone (2014a, 2014b) atualiza o conceito de “preocupação materna primária” formulado por Winnicott para “preocupação parental primária”, argumentando que a preocupação primária não é mais materna que paterna, uma vez que faz apelo a qualidades psíquicas. Ciccone apoia-se no conceito de bissensualidade psíquica de Tustin (1981), que aborda as formas arcaicas da bissexualidade, os opostos sensuais, sensoriais, emocionais e as “integrações primárias” que cada bebê deve realizar, agrupando-as sob os termos de “sensação de mole” e “sensação de duro”. Para Ciccone, estes opostos sensuais ou experiências bissensuais são considerados como complementares ou antagonistas, sendo os aspectos mais arcaicos não somente da bissexualidade, mas também da biparentalidade psíquica. A integração destes aspectos se realizam de início e em particular pelo tônus corporal ou nele mesmo. O tônus pode ser considerado um lugar ou uma função, na qual se integram os aspectos mais corporais das funções psíquicas paternais e maternas. O tônus corporal articula as qualidades de firmeza, paternais, e as de flexibilidade, maternas. Assim, a biparentalidade psíquica se desenvolve no sujeito através das interações com o outro significativo, encarregado dos cuidados parentais e é passada entre gerações através da transmissão. A preocupação primária baseia-se em uma sensibilidade e atenção ao outro, à sua vida emocional, aos seus sofrimentos infantis, e supõe uma articulação entre os aspectos maternos e paternos internos. Os aspectos maternos concernem ao acolhimento, à receptividade e à continência; e os aspectos paternos referem-se à firmeza, ao rigor e à consistência. De acordo com Levy (2005), a função materna não é exclusiva do sexo feminino, da mesma forma que as funções socializante e interdutora podem e devem ser realizadas por ambos os pais. Além disso, o grupo social, através de figuras significativas para a criança, pode oferecer-lhe modelos

de identificação. A atribuição ao sexo da função de pai e de mãe foi elaborada dentro do contexto de uma organização patriarcal da sociedade e da família. (Roudinesco, 2004; Singly, 2011, Thevenot, 2014).

Weissman (2015), em seu estudo sobre famílias monoparentais femininas que procuram o atendimento terapêutico, pontua que a modalidade biológica parece ser a marca indelével das famílias monoparentais, aquilo que não pode ser anulado nem depreciado, pois marca um começo impossível de ser apagado. A este respeito, Berenstein (2009) coloca uma proposição provocadora: se do ponto de vista biológico, fazem falta dois gametas para dar origem ao embrião, a partir da subjetividade talvez não façam falta dois pais. Se o óvulo pode ser fecundado em um tubo de ensaio por um espermatozoide, se o sêmen pode ser congelado e, com a morte do doador, ser usado posteriormente, o parentesco, necessariamente, deveria ser modificado em sua conceituação. Deste modo, o três perde o lugar central, apesar de não deixar de ser importante, mas aparece o dois. O desafio lançado por Berenstein nos convoca a pensar as famílias monoparentais de uma outra maneira, e não apenas como um déficit em relação às famílias biparentais. Estas proposições nos conduzem a desenvolver uma nova escuta na prática clínica, que leve em conta as especificidades de cada família.

A partir destas considerações, o presente estudo, que é parte de uma investigação mais ampla sobre a vivência da parentalidade em famílias monoparentais, tem como objetivo investigar a experiência subjetiva no exercício da monoparentalidade.

Método

Participantes

Participaram do estudo oito sujeitos, cinco mulheres e três homens com idades entre 35 e 58 anos, das camadas médias urbanas, residentes na cidade do Rio de Janeiro ou região metropolitana. Para apresentação dos resultados, eles foram nomeados como Mãe 1 a Mãe 5, e Pai 1 a Pai 3. A Tabela 1, em anexo, apresenta a descrição do perfil dos participantes. O grupo é caracterizado por

famílias que se constituíram, desde o início, como monoparentais, sendo sete delas famílias adotivas.

Instrumentos

Como instrumentos de investigação, foram utilizadas fichas biográficas e entrevistas gravadas em áudio, que foram transcritas, posteriormente, na íntegra. O roteiro semiestruturado das entrevistas teve 10 perguntas como base e foi formulado a partir da revisão de literatura, contemplando questões abertas sobre os seguintes eixos temáticos: a experiência subjetiva da monoparentalidade, a construção do vínculo com os filhos, a relação com o/a(s) filho/a(s), a relação com as redes de apoio, os aspectos intergeracionais e os principais desafios.

Procedimentos

Os participantes deste estudo foram indicados pela rede de relacionamento do pesquisador, constituindo uma amostra de conveniência. Como critério de participação no estudo, o sujeito deveria ser um adulto responsável pela criação de pelo menos uma criança ou adolescente e pertencer ao segmento socioeconômico médio da população carioca.

O contato inicial para a marcação das entrevistas foi feito por WhatsApp. As entrevistas foram efetuadas individualmente, em local, data e hora determinados pelos participantes, e tiveram duração média de uma hora.

Cuidados éticos

O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição onde foi desenvolvido (processo número 12/2018). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, permitindo a utilização dos dados em ensino, pesquisa e publicação, sendo a identidade dos participantes preservada.

Análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos ao método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, com a finalidade de investigar, a partir do material

discursivo, as significações atribuídas pelos entrevistados aos fenômenos (Bardin, 2016). Por meio da técnica categorial, foram destacadas categorias temáticas, organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Para tal, procedeu-se a uma “leitura flutuante”, agrupando-se dados significativos, identificando-os e relacionando-os, até se destacarem as categorias de análise.

Do discurso dos participantes emergiram sete categorias de análise. Tendo em vista que objetivo deste estudo é investigar a experiência subjetiva no exercício da monoparentalidade, nele serão apresentadas e discutidas as categorias: *sobrecarga e incertezas da solidão, o contexto da escolha, transformações e preconceito*.

Análise e discussão dos resultados

Segundo Houzel (2004), a experiência é uma das dimensões da parentalidade e diz respeito aos aspectos subjetivos, conscientes e inconscientes experimentados no processo de tornar-se pai/mãe e de exercer papéis parentais. A categoria *experiência subjetiva no exercício monoparental*, emergiu do discurso dos entrevistados e foi desdobrada em quatro subcategorias: *sobrecarga e incertezas da solidão, o contexto da escolha, transformações e preconceito*.

Sobrecarga e incertezas da solidão

Os entrevistados relatam os principais desafios de sua experiência monoparental:

“Tive um momento de [...] tô numa guerra sozinha, apesar de ter querido estar nessa guerra sozinha”. (Mãe 1, 35 anos)

“É muita responsabilidade, eu me sinto muito, muito sozinha, muito sozinha. Por um lado, é muito bom você tomar decisões que você não tem que pedir anuência, ou ter a concordância de outro. Mas, a questão [...] tô indo pelo caminho certo, tô indo pelo lado certo? Isso faz falta sim. [...] Eu tenho que ser o fiel da balança”. (Mãe 2, 50 anos)

“Eu não posso parar pra pensar, eu vivo, com tudo o que eu já tenho, com muita fé de que tudo vai dar certo, e já vem dando certo. [ao ser indagada sobre as regras e limites] eu sou o cacique da tribo, eu sou a chefe de casa, eu sou a dona da casa,

[ao ser indagada sobre a distribuição de tarefas] eu sou resgate de tudo”. (Mãe 3, 42 anos)

“É tumultuado, sozinha, você tem que ser aquela que briga e aquela que acalenta quase no mesmo momento, né, que não tem o outro ali pra (risos) fazer essa dosagem. [ao ser indagada sobre os desafios] dosar, né, a rigidez. Até qual momento que, realmente, que você tem que ser dura e qual momento que ela só precisa de um abraço?” (Mãe 4, 39 anos)

“É maravilhoso, mas tem as dificuldades, né, porque é bem pesado, não só em termos financeiros, mas também de carga de trabalho, de preocupação, de responsabilidade, né, medo de acontecer alguma coisa e, só tenho eu em relação ..., ela só tem a mim. (Mãe 5, 53 anos)

“Às vezes, assim, é ficar muita coisa pra uma pessoa só, né? Eu tenho que educar, eu tenho que cuidar da parte financeira, eu tenho que cuidar da parte amorosa, [...] é reunião do colégio [...]. Ele fala isso: quando você tem um pai e uma mãe, a mãe briga e o pai dá carinho, o pai briga e a mãe dá carinho. O pai tem de fazer os dois!” (Pai 1, 48 anos)

“A maior dificuldade que eu tenho é de criá-lo sozinho, porque, normalmente, quando você tem um casal, sempre tem aquele mais exigente e o mais flexível, e eu tenho que ser ao mesmo tempo as duas coisas. Ou eu sou um só, então, quando eu me estresso, eu me estresso muito [...], quando eu tenho uma alegria, eu tenho uma alegria muito grande [...], eu acho que a parte mais difícil é essa, você [...] não ter a divisão das coisas. [...] é o grande desafio que eu tenho, é saber o ponto de equilíbrio. [...] Às vezes eu fico, meu Deus do céu, eu estou exigindo demais ou eu não estou exigindo demais?” (Pai 2, 58 anos)

[ao ser indagado sobre a distribuição de tarefas] “Hoje, eu tento passar pra eles no seguinte sentido: ‘Olha, nossa família, somos só nós 3, então tem que funcionar assim, aqui não tem a mãe, como na casa do coleguinha’, então assim, eu faço o papel dos dois, até onde dá pra fazer! Não dá pra fazer tudo, então, ‘eu preciso da ajuda de vocês’!” (Pai 3, 42 anos)

Em seis narrativas, a solidão característica da experiência monoparental se expressa em palavras como “sozinha”, “tenho que ser o fiel da balança”, “aquela que briga e que acalenta”, “só tenho eu”, “ela só tem a mim”, “muita coisa para uma pessoa só”, “tenho que ser ao mesmo tempo as duas coisas”, “eu faço o papel dos dois”, eu sou o cacique da tribo”, “eu sou resgate de tudo”, o que vem junto com sentimentos de estresse e sobrecarga, concordando com Marin e Piccinini (2009), que apontam a implicação entre mães solteiras e a sobrecarga de tarefas. Embora o grupo específico desta pesquisa guarde algumas diferenças em relação ao das mães solteiras, por se tratar de sujeitos, homens e mulheres que fizeram uma escolha planejada, ao contrário da experiência das mães solteiras, na qual a monoparentalidade surgiu por acaso, a solidão no exercício das funções parentais apresenta-se, igualmente, como fonte de estresse. Adicionalmente, surge em três

falas a angústia gerada pelas incertezas quanto a tomadas de decisão: “Tô indo pelo lado certo?”, “Dosar a rigidez”, “Saber o ponto de equilíbrio”. Os relatos masculinos corroboram os resultados de Souza e Sanguinet (2012) ao demonstrarem que o homem passa de simples provedor para ser também cuidador. Vale notar que o deslocamento dos homens para a vida privada responde a uma série de desconstruções ocorridas na sociedade e na família, como exposto ao início deste trabalho, no contexto da liquidez proposta por Baumann (2001), sendo uma das repercussões do ingresso das mulheres na vida pública.

O contexto da escolha

Como dissemos, no grupo pesquisado, a parentalidade não surgiu por acaso, foi uma escolha planejada, apesar da impossibilidade da relação conjugal, de modo que, emergem da fala dos entrevistados os motivos e as circunstâncias que conduziram a essa escolha. Machado (2015) aponta que a literatura ressalta a importância de identificar as motivações para a compreensão do desenvolvimento dos vínculos. As motivações são variadas e, entre elas, encontramos fundamentos emocionais relacionados à transmissão familiar:

“Minha mãe, [...] ela sempre criou netos [...] Quando eu vi a dificuldade da minha irmã [adotiva] com as crianças, eu trouxe as crianças pra mim. Então, isso aí é nítido que eu trouxe da minha mãe sabe, [...] Eu já tava ficando com o meu ninho vazio. A I. e o P. já saindo do ninho, voando sozinhos, e os dois chegaram, então eu não tive ninho vazio nunca. Eles estão recebendo, como minha irmã recebeu, amor, carinho, educação, dedicação”. (Mãe 3, 42 anos)

“Tem aquela música [...] do Belchior, ‘como nossos pais, ainda somos os mesmos, vivemos como nossos pais’, exatamente isso. Tem certas coisas que ‘ô meu Deus, eu não vou querer ser assim’ e hoje em dia eu me pego fazendo exatamente aquilo. [...] eu tinha sempre uma relação mais próxima com a minha mãe do que com o meu pai. [...] Talvez esta minha questão da paternidade, que eu sentia vontade de ser pai, foi, justamente, talvez em função disso, que eu gostaria de ser mais próximo ainda”. (Pai 2, 58 anos)

Segundo Ruiz Correa (2003), a família possui um espaço psíquico comum, a intersubjetividade, que possibilita a passagem da transmissão psíquica entre as gerações, de diversas formas. Magalhães e Féres-Carneiro (2007) ressaltam a importância das identificações no seio da família, a partir das relações mais significativas da vida do sujeito, para a comunicação de conteúdos inconscientes familiares. M3 repete a história da família de origem, uma vez que ocupa o lugar

da mãe para seus sobrinhos, reproduzindo o papel da avó, ao mesmo tempo em que repete a sua própria história e foge da solidão. P2 vê na relação com seus pais, uma possível origem do seu desejo de paternidade, ao procurar vivenciar com o filho aquilo que desejou ter vivido com seus pais.

A narrativa de P1 é paradoxal. Por um lado, apresenta motivações inconscientes para a escolha do momento de ter o filho e, por outro, faz uma relação lógica entre sua experiência prévia com adolescentes e seu desejo de paternidade.

“Eu não sabia que eu podia adotar, [...] e aí, eu também sou muito católico, tudo, sou devoto de São Francisco de Assis [...] e eu fui à Itália, viajei, e lá, eu tava rezando e tal, e eu falei, se tiver que ser agora, que eu tenha meu filho agora [...] passou umas duas semanas, um amigo meu [...] conversando com ele sobre isso, ‘Você quer adotar? [...] a minha esposa é advogada de adoção’ [...]. Aí eu falei, é muita coincidência! [...] Então eu te falo, não foi uma escolha, foi uma coincidência entre aspas, de um acordo de Deus, que a gente chegou”. (Pai 1, 48 anos)

“Desde pequeno, nos meus quinze, eu sempre falava, um dia eu vou ter um filho [...]. Eu sempre trabalhei muito pelo social [...] com adolescente, [...] eu sempre brinco assim, que há 5 anos atrás eu oficializei um filho, porque até então eu sempre tive filhos postiços por aí, que eu [...] sempre cuidava, eu sempre orientava, mas não era meu filho”. (Pai 1, 48 anos)

A narrativa de M1 apresenta motivações inconscientes no seu desejo de ter filho, o qual parece ter-lhe sido predestinado:

“Eu queria o N., eu queria essa criança, [...] ele veio de um jeito, porque a minha religião, [...] eu sou de uma linha espírita, e então eu tenho informações com relação a isso, que são importantes pra mim. Ele veio de umas características, e com uma carga espiritual que nós trocamos, de forma que ele é muito amoroso e nós somos, de fato, amigos”. (Mãe 1, 38 anos)

Machado (2015) ressalta que a história mítica é uma forma de expressar motivações inconscientes e que as origens inconscientes do desejo costumam ser marcadas por idealizações ou apresentar algo de ficcional.

Em P3, como em P1, a experiência prévia com cuidados e adolescentes guarda relação com o desejo de tornar-se pai:

“Eu já fazia trabalhos voluntários, então eu tinha contato com essas instituições [...] Num desses abrigos, eu descobri um projeto que se chamava de apadrinhamento afetivo [...] e enfim, eu fui tendo um contato mais a fundo com essa realidade. Ao mesmo tempo, né, não sei, foi crescendo em mim o desejo de ser pai”. (Pai 3, 42 anos)

Levy e Féres-Carneiro (2002) ao pesquisarem as motivações de mulheres que adotam, estabeleceram uma possível relação entre o trabalho voluntário e o desejo de cuidar, de modo que o contato com uma criança específica pode motivar o desejo de adotar. Encontramos o mesmo resultado, no caso de dois entrevistados do gênero masculino.

Para M4, a opção pela monoparentalidade acontece em decorrência da expectativa de obter sentido em uma vida empobrecida de outras relações, e sofre a influência do discurso social historicamente enraizado, no qual a identidade feminina se constitui no papel de esposa e de mãe.

“Eu comecei a entrar em um processo meio que de depressão, né, porque eu tava vendo nada dando certo, né, dos grandes sonhos que eu queria, e um dia minha mãe me perguntou[...] porque que eu achava que minha vida tava frustrada, se era porque eu não tinha casado, ou se porque eu não era mãe. Então foi assim, por não ser mãe [...] eu jamais faria, por ser evangélica, uma produção independente, mas a adoção não tem o mínimo problema”. (Mãe 4, 39 anos)

A pergunta colocada pela mãe de M4, na qual ela relaciona a frustração da filha ao fato de não ser esposa nem mãe, corroboram os dados apresentados por Leão, Porta, Pauli, Antoniazzi e Siqueira (2017), segundo os quais, apesar dos dados históricos sobre o processo de emancipação e independência feminina, evidencia-se o enraizamento do imperativo biológico e do determinismo social da maternidade imposto na atualidade para a mulher. Ainda é difícil para a mulher atual optar por outros papéis e abrir mão da maternidade, uma vez que ser mãe é um papel que foi imposto a ela por muito tempo na história, e por meio do qual ela obtinha satisfação e reconhecimento. Persiste ainda hoje, em alguns grupos sociais e no imaginário de muitas mulheres a ideia de que ser mulher é o mesmo que ser mãe (Levy & Féres-Carneiro, 2002).

Outro aspecto importante emergiu da fala dos entrevistados, ao lado do desejo de ter um filho: a falta de um parceiro com quem compartilhar a realização deste desejo:

“Eu não fui casada e eu queria ser mãe. Nós queríamos ter o N., mas nunca foi comentado sobre um casamento, de forma que a gente nunca morou, nem teve junto, nem nada. [...] é que a gente já se conhecia há muitos anos atrás [...] eu acho que ele partiu muito de uma troca emocional comigo, mas na verdade foi num momento como muito imaturo onde a gente não discutiu nada, a gente simplesmente fez o N.[...] Depois de uns meses de gravidez, ele tentou se aproximar de alguma forma, mas ele não se viu ligado a esse sentimento de fato

[...] não se sentiu nem como fazer isso,[...] foi uma história que eu conduzi sozinha desde o início, entendeu”? (Mãe 1, 35 anos)

“Eu já tinha tido um relacionamento anterior por muito tempo, e eu era muito nova, e eu não queria ter filho naquele momento. Quando eu tive esse meu segundo relacionamento mais sério, eu falei pra ele, ‘olha, eu quero ter filho’. Não, não tem problema’, ele já tinha filhos adultos [...] Nessa virada pros quarenta, ele veio com essa novidade, “eu não quero mais casar”, e eu fui ao fundo do poço, pronto, acabou a minha chance de ser mãe. [...] Até eu me recuperar desse luto [...] eu não tinha nem condição de pensar em filho [...] uma colega me convidou para ir na Romão Duarte, no dia das crianças, [...] ali foi uma pre-semente [...] da minha ideia. [...]Querida ter um companheiro, queria ter um marido? Querida! [...] pra ter tido até esse filho com ele, né? Agora, isso não me impediu de querer o que eu sempre quis, ser mãe”. (Mãe 2, 50 anos)

“Namorei muito tempo um rapaz, que já tinha filhos e, quando eu quis ter filhos, pelo fato dele já ter filhos, ele não queria ter mais. Então eu ia fazer inclusive uma inseminação artificial. [...] pra poder fazer a inseminação [...] teriam que ser colocados 5 embriões, eu falei, tchau, obrigada, valeu, e fui pro meu plano B que já sempre foi uma vontade minha de adotar. Eu sempre quis ter um filho biológico e um adotivo, desde que eu me conheço por gente. E aí nesse momento, eu tomei essa decisão”. (Mãe 5, 53 anos)

“Quando do primeiro relacionamento que eu tive, eu era recém-formado, ela tava estudando ainda, não era o momento de ter filho. O segundo relacionamento maior que eu tive, é, ela já tinha filhos, aí não queria mais ter filhos [...] O terceiro chegou, já estava numa idade que não dava mais pra ter filhos, ela [...]pelos riscos, aí pela idade [...]. Até que chegou o momento que eu me vi sozinho, e sem realizar aquele meu desejo de ser pai. Entendeu?”. (Pai 2, 58 anos)

As narrativas de P1 e P3 apresentam curiosidades sobre as circunstâncias das duas adoções:

“E aí, [...] desde pequeno, nos meus quinze, eu sempre falava, um dia eu vou ter um filho, [...] eu não quero ligar o fato de eu ter que casar pra depois ter um filho. Eu acho que o filho é independente!”. (Pai 1, 48 anos)

“Eu já desejava isso há algum tempo, é, eu não casei, e vi na adoção a possibilidade de formar uma família [...] As coisas que eu não consigo fazer ou não faço das coisas que eu fazia antes, é, já não me fazem tanta falta, porque eu consigo completar com eles, entendeu?”. (Pai 3, 42 anos)

A fragilidade dos vínculos conjugais, característica das sociedades modernas, aparece como fator de predisposição para a escolha monoparental. Quatro narrativas falam sobre os impedimentos à possibilidade de o casal conjugal se tornar o casal parental. Para P1 e P3, conjugalidade e parentalidade são relações independentes. Os resultados concordam com Singly (2011), que discorre sobre a efemeridade dos laços conjugais na família contemporânea e também sobre a separação entre conjugalidade e parentalidade nas relações familiares. Para Singly, a família contemporânea é cada vez mais individualista, e privada e

pública, ao mesmo tempo. Leão, Porta, Pauli, Antoniazzi e Siqueira (2017) apontam a falta de um parceiro ou situações em que não foi possível a união civil, e ainda a infertilidade, como razões pelas quais as mulheres decidem adotar sozinhas. Os dados concordam também com Borges, Magalhães e Féres-Carneiro (2015), que ressaltam que o casamento vem deixando de ser o foco principal nos planos de constituir família, e os filhos passam a ocupar um lugar mais central.

Em três narrativas, o/a parceiro/a não pôde dividir com a/o companheira/o a realização do desejo de ter filhos pelo fato de ele mesmo já ter os seus. Segundo Zornig (2012), as contribuições da Psicanálise demonstram que as relações de consanguinidade e de aliança passam a ser insuficientes para o exercício da parentalidade e, tornar-se pai ou mãe passa a depender mais da história individual de cada um e de uma lógica do desejo que da reprodução de um modelo de família nuclear, como no passado.

Independentemente das motivações que, como vimos, podem ser as mais variadas, é no decorrer da construção do vínculo afetivo com o/a(s) filho/a(s) que ocorrem transformações significativas na vida do sujeito.

Transformações

Os entrevistados relatam as transformações sociais e emocionais promovidas pela monoparentalidade em suas vidas:

“Até então, era uma pessoa solteira, trabalhava, tinha um bom emprego, eu diria que bem estabilizado. E aí, quando adotei meu filho, tudo virou de perna cabeça, porque, por coincidência, eu perdi o emprego que eu tinha, [...] veio tudo junto, porque pra adoção, [...] o ideal seria ter uma casa, [...] um quarto pra ele, [...] acho que tudo veio encaixado, porque com a rescisão que eu tive na minha empresa eu dei entrada no meu apartamento, [...]. Como hoje eu sou autônomo, eu consigo fazer meu horário, eu não deixo de fazer nada com ele que tenha que fazer com o pai ou responsável, por causa do trabalho. Se tem reunião no colégio, eu vou, se ele tem uma coisa pra ir, eu levo”. (Pai 1, 48 anos)

“A minha vida deu uma mudança no final de 2016, [...] teve dois, assim, eventos [...] muito grandes [...] coincidiu muito, eu me aposentei no dia 26 de dezembro de 2016, o C. eu tirei do abrigo dia 13 de janeiro [...] A partir daí, meu programa social é ir à festa de criança. Os amigos [...], claro que tem os mais chegados, mas, o que eu tenho mais convívio são os pais dos amigos dele. Então é tudo por ele. [...] Hoje em dia a minha vida, totalmente em função dele, tudo, não consigo ver hoje, a minha vida sem ele.[...] Quando ele fica doente, às vezes fica gripado, agora há

pouco tempo fez a cirurgia de fimose e tal, então o cuidado sou eu, né, pai “full time”. (Pai 2, 58 anos)

“Ser pai, pra mim está sendo uma experiência incrível! [...] eles são a minha vida hoje, né? A minha vida mudou radicalmente a partir do momento que eu decidi ser pai! [...] diferente da vida que eu levava antes, que era uma vida de solteiro, né, eu tive que abrir mão de algumas coisas, mas foi uma escolha pensada! Eu já sabia que ia ser mais ou menos assim [...]. As coisas que eu não consigo fazer ou não faço das coisas que eu fazia antes, é, já não me fazem tanta falta, porque eu consigo completar com eles, entendeu?”. (Pai 3, 42 anos)

“Eu vivo pra ela, tá até errado (risos) [...] Quando ela vai pra ficar na casa da minha mãe, eu fico ... um vazio! Terrível! Entendeu? Eu não sei lidar muito bem com isso. Como eu falei, como a minha vida tá muito voltada pra ela [...] a psicóloga já chamou minha atenção pra isso, que tem que ter a minha vida independente dela, é, eu ainda não sei lidar muito bem com isso não”. (Mãe 5, 53)

“[quanto ao significado da filha na sua vida]. Tudo (gargalhada), tudo, foi mudança na minha vida. Existe a F. antes da A., e tem a F. depois da A. Ela é extrovertida, ela é diurna, tudo ao contrário, eu sou tímida, ela me ajudou a me transformar”. (Mãe 4, 39)

“Pra mim eles são hoje o sentido da minha vida, [...] sem os dois dentro de casa, os pequeninhos e os dois grandes, eu não imagino não! Pra mim, eles são tudo. Você não se sente sozinha nunca! [...] Eu já tava ficando com o meu ninho vazio. A I. e o P. já saindo do ninho, voando sozinhos, e os dois chegaram, então eu não tive ninho vazio nunca”. (Mãe 3, 43)

“Pra ela e por ela, ela é tudo, ela é tudo! Mas eu tenho muita saudade da minha vida anterior a ela”. (Mãe 2, 50)

Os participantes masculinos falam de uma virada radical em suas vidas usando as expressões “quando adotei meu filho, tudo virou de perna cabeça”, “a minha vida deu uma mudança, teve dois ... eventos muito grandes”, “a minha vida mudou radicalmente a partir do momento que eu decidi ser pai”. Depreende-se das falas dos entrevistados que o laço parental ressignifica a vida do sujeito após o esgotamento de outras possibilidades de vida. Ocorrem transformações nas relações com o trabalho, com o círculo de amigos e rede social em geral, e também consigo mesmo, na medida em que o sujeito passa a repensar a sua própria história vincular, reconstruindo a imagem de si mesmo, ao vivenciar o vínculo afetivo com o filho. Estes dados corroboram as postulações de Levy e Féres-Carneiro (2005), que apontam para o valor da adoção na vida do adotante e na vida da criança.

Em uma das falas femininas emergiu uma percepção de transformação de si mesma como na expressão “ela me ajudou a me transformar”. Em outras

narrativas a monoparentalidade aparece caracterizada como um tipo de vínculo em que o(s)/a filho(s)/a ocupa(m) o lugar central da vida da mãe, conforme as expressões , “eles são hoje o sentido da minha vida”, “eu vivo pra ela”, “ela é tudo”. Neste caso, da monoparentalidade convergida a um único objeto, a vida pessoal do sujeito se esvazia em prol da escolha que fez. Estes resultados confirmam o que é ressaltado por Levy e Féres-Carneiro (2002), quanto às motivações de mães que pretendem adotar. A opção pela monoparentalidade parece ser um preenchimento de uma falta, em consequência do esvaziamento das relações afetivas, característico da contemporaneidade. Lipovetsky (2005) denomina os tempos pós-modernos como a *Era do vazio*, uma vez que se perderam os valores tradicionais sem que outros tenham sido construídos. No ritmo de vida frenético da sociedade hipermoderna, os indivíduos mudam de trabalho, de casa, de tecnologia e de parceiro amoroso (Féres-Carneiro; Mello; Machado; Magalhães, 2017). Julien (2000) postula sobre a disjunção entre conjugalidade e parentalidade; enquanto os laços conjugais se formam e se dissolvem, independentemente de outros laços familiares, o laço parento-filial permanece para toda a vida. Para Puget (1997), a subjetividade é construída ao longo de um processo interminável e paradoxal, e a presença do outro é necessária, sendo simultaneamente fonte de prazer e de sofrimento (Magalhães; Féres-Carneiro, 2005).

Berenstein (2009) enfatiza que o vínculo parental é um fator de subjetivação, de modo que a relação resulta de dois sujeitos, que se singularizam através dela, tornando-se diferentes do que eram antes. Neste sentido, as famílias monoparentais apresentam modos próprios de subjetivação. Levando em conta a maior expectativa de vida trazida pelos avanços médicos e científico-tecnológicos na sociedade atual, a vivência do vínculo parento-filial, além de reviver e/ou transformar as relações com os primeiros objetos de amor, ou de compensar o vazio afetivo deixado pela efemeridade das relações conjugais, pode ser visto, também, como uma forma de realização pessoal, ao exercer papéis parentais. Neste ponto, gostaríamos de destacar as reflexões de Leão, Porta, Pauli, Antoniazzi e Siqueira (2017) sobre as mães solteiras por escolha de adoção, ao constatar que, embora sob a pressão social que designa para a mulher o papel de mãe, esta mulher contemporânea reinventa a maternidade, assumindo-a de forma

ativa, diferenciando-se daquelas que a seguiam como um desígnio irrevogável. Assim, ela assume a tarefa de criar os filhos de forma consciente e participativa.

Preconceito

Embora o modelo nuclear de família não seja hegemônico como há algumas décadas, quando tudo o que era diferente era negado ou marginalizado (Marin; Piccinini, 2009), a família conjugal continua sendo valorizada e idealizada, de modo que coexistem, na sociedade, lógicas tradicionais e modernas (Magalhães, Féres-Carneiro, Machado, Mello, 2015). A categoria preconceito emergiu da fala dos entrevistados e, nesta pesquisa, foi constatado que o preconceito atinge mais os homens que as mulheres. Nas falas de três entrevistados, a experiência do preconceito surgiu em diferentes situações. A primeira é relacionada ao preconceito aos homens solteiros que adotam:

“Na própria igreja católica, onde eu faço reuniões de liturgia, surge o assunto, às vezes. De novo, família, papapá, tem preconceito, porque é família de homem sem tá casado, família de homem solteiro, né? Tem aqueles olhares, “ah, só pode ser pedófilo pra adotar um adolescente”. Eu tive agora um problema sério na Igreja lá, por uma louca [...] que começou a trabalhar comigo na catequese de crisma, e eu senti que ela começou a me olhar assim meio de rabo de olho, porque [...] eu tenho uma turma com 15 adolescentes [...] e todos eles são assim comigo, eles chegam, me abraçam, me beijam, a gente chega e conversa, a gente tem muita ligação com todos eles. E aí ela começou a falar por trás de mim na Igreja, chamou o padre pra falar com o padre. A sorte é que o padre é meu amigo”. (Pai 1, 48 anos)

Segundo a Agência Francesa de Adoção (2008)), os homens solteiros carregam o peso das fantasias coletivas ligadas à pedofilia, o que torna a adoção para eles ainda mais difícil do que para elas. Dos três homens entrevistados, dois relataram, enfaticamente, a vivência do preconceito. Estas falas corroboram os resultados de Santos, M. Fonseca, C. Fonseca e Dias (2011) sobre o preconceito vivido por homens solteiros que adotam. O terceiro participante apenas não falou.

O segundo tipo de preconceito refere-se, no processo de adoção monoparental, à ausência de pessoas significativas para ajudar no cuidado da criança:

“No momento que eu estava fazendo a habilitação para a adoção, além do aspecto da questão monoparental, [...] sozinho, a questão do preconceito, [...] isso foi questionado. Porque existe um conceito com o qual eu não concordo - você tem que, necessariamente, contar com, quando você fala apoio, você tá falando de

aprovação da sua família [...] chega a ser uma contradição você ter uma família formada pela via da adoção, não biológica. Você tem que entender que, o que realmente conta, é, são as relações! Não necessariamente as relações consanguíneas! Então, da mesma forma, eu não busco as relações consanguíneas, numa situação como essa. [...] não quero pedir que, por exemplo, meu irmão tome conta do meu filho pra eu ir trabalhar, porque a decisão foi minha e eu já sabia que ia ser assim.[...] eu passei por isso no processo de habilitação, foi bastante desgastante, mas eu venci, eu tô aqui”. (Pai 3, 42 anos)

Esta narrativa refere-se à solidão da adoção monoparental, apontando as dificuldades encontradas no processo de adoção, por não dispor de membros da família extensa, além de um irmão, para ajudá-lo no cuidado com os filhos. Este resultado corrobora os dados de Santos, da Fonsêca, Fonsêca e Dias (2011), que apontam como entrave, especificamente nos casos da adoção monoparental tardia por homens solteiros, a falta inicial do apoio da família extensa. O mesmo aconteceu nos resultados de Leão, Porta, Pauli, Antoniazzi e Siqueira (2017), nos quais um dos participantes mencionou a existência de preconceito experienciado pela monoparentalidade masculina solteira. Conforme Levy e Féres-Carneiro (2002), em alguns casos de famílias monoparentais, pessoas próximas à figura parental podem auxiliar no exercício de papéis parentais, aumentando as possibilidades de socialização e identificações do adotado. Um terceiro tipo de preconceito é experienciado no convívio social:

“Eu acho que ainda existe muito preconceito em relação ao fato de ser uma família monoparental. [...] não é direto, mas que em alguns momentos incomoda. [...] uma vez, que o M. acabou brigando com um coleguinha aqui no condomínio, a mãe, [...] quando interfonou aqui pra casa, eu que atendi o telefone. Ela falou assim “eu quero falar com a mãe dele”. Ela já fez todo um cenário, né, ela [...] imaginou que ele tinha uma mãe, e que talvez por ela ser mulher, talvez a mãe fosse a melhor pessoa. Ela não perguntou quem é o responsável por ele, né? Da minha parte, eu não sou obrigado a falar [...], pra ela, ne, que ele não tem mãe. Então eu oriento eles, e eu procuro fazer a mesma coisa, em falar o seguinte “olha, eles não moram com a mãe deles”. Porque, ao fazer isso, [...] você não precisa dar detalhe! Sua mãe pode ser divorciada do seu pai! Isso é mais socialmente aceito. [...]Então assim, eu tô conversando com os amigos e essa pergunta é comum [...] “E a sua esposa? E a mãe deles?”, gera uma curiosidade que é normal! [...]“quando o coleguinha pergunta “ah, e a sua mãe?”[...]fala que você não mora com a sua mãe, você não é obrigado a passar o que você passou, até porque, isso não tem mais importância hoje”. (Pai 3, 42 anos)

Esta experiência de preconceito refere-se a dificuldades de comunicação no convívio social, por ser de difícil apreensão para outras mães, a existência de um filho sem mãe, o que valida o resultado de Santos et al. (2011), no qual um dos

participantes trouxe a necessidade de que a sociedade esteja mais preparada para lidar com as diversas possibilidades de se constituir família. Outro tipo de preconceito é vivido perante órgãos governamentais:

“Eu fui tirar o CPF do D.[...] na agência dos correios, né, a menina que tava me atendendo, ela falou que tinha que ter o nome da mãe dele! Eu falei “não, eu sou o responsável!” e ela insistindo [...] Os sistemas, isso vale pro Detran, pros Correios, pra Receita federal, eles estão acostumados a colocar o nome da mãe como um campo obrigatório! Como é que você faz com essas famílias que não têm o nome da mãe? [...] um caso dum amigo meu, que também adotou, né, enfim, que o filho dele foi tirar a carteira de habilitação de motorista, ele foi sozinho, ele foi lá, ele não conseguiu! Ele sofreu constrangimento, porque a mulher queria que tivesse o nome da mãe! E pra ele explicar que ele não tinha mãe?! [...] no meu caso, como eu fui lá junto com meu filho, eu tive condições de argumentar com ela [...] Mas a sociedade não está, de fato, preparada. Eu não cobro isso da sociedade, ao mesmo tempo, tenho obrigação de proteger a minha família”. (Pai 3, 42 anos)

Esta narrativa descreve dificuldades enfrentadas pelo adotante amonoparental perante instituições governamentais como os Correios, o Detran, e a Receita Federal, devido à ausência do nome da mãe na certidão do filho adotivo. É surpreendente que, embora o nome paterno possa faltar, como nos casos da monoparentalidade feminina, o nome materno constitua um campo obrigatório! Não encontramos na literatura, dados que discutam esse tipo de questão. Em apenas uma narrativa feminina surgiu a vivência do preconceito em relação ao sofrimento trazido pela adotante monoparental:

“Eu acho que, ser mãe sozinha, independente da forma como veio, é um desafio muito grande, né, as pessoas julgam, independente se foi da barriga ou não, né, tipo assim, acham que você não tem direito a reclamar, porque você que escolheu ser mãe sozinha, então (gargalhada) você não pode reclamar que tá cansada!”. (Mãe 4, 39 anos)

A fala da entrevistada denuncia o preconceito que culpabiliza a mulher pela seu sofrimento, como na expressão “Foi você que escolheu!” e corrobora os resultados de Santos, M. C. Fonsêca, C. M. Fonsêca e Dias (2011), que identificam o peso do preconceito, quando ele aponta para uma ausência de criação de estratégias para lidar com as experiências de sofrimento trazidas pela adotante monoparental.

Estes resultados remetem-nos ao pensamento de Berenstein (2009), que nos convoca a olhar as relações familiares sob uma nova perspectiva, apontando que para além da estrutura, há sujeitos em relação, e que os lugares do parentesco são

resultantes de uma investidura. Logo, um sujeito, por ser sujeito, investe-se como filho, como mãe ou como pai. Estas reflexões nos levam a considerar que a forma da família deixa de ser contemplada como o fator determinante para o desenvolvimento dos filhos e para a saúde emocional de seus membros, e que está em primeiro lugar a dinâmica e a qualidade das relações familiares, os afetos e construções nelas envolvidos, o que será estudado no próximo capítulo.

Considerações finais

A proposta de investigar a vivência da monoparentalidade levou-nos ao encontro de oito representantes de famílias que se constituíram desde o início como tal. Entre as famílias convidadas, aquelas que se tornaram monoparentais e que, portanto, nunca desejaram sê-lo, apresentaram uma resistência à participação na pesquisa. Supomos tratar-se da dificuldade de falar de uma vivência que implica em uma ausência. Por outro lado, as famílias que se constituíram desde o início como monoparentais foram receptivas e se mostraram desejosas de expressar os seus depoimentos, o que fizeram com envolvimento ou entusiasmo, o que aponta para a existência de diferentes experiências subjetivas na monoparentalidade.

Neste percurso, surpreendeu-nos o fato de que das oito famílias monoparentais entrevistadas, sete se constituíram por via da adoção, o que trouxe a alguns dos nossos resultados características próprias daqueles de famílias adotivas, constituindo uma especificidade do grupo pesquisado. Outro fator surpreendente refere-se à presença de três participantes do gênero masculino em oito dos entrevistados, se considerarmos que a monoparentalidade feminina constitui a grande maioria da população brasileira. Neste aspecto, vale conferir que o deslocamento dos homens para a vida privada responde a uma série de desconstruções que aconteceu na sociedade e na família, como exposto ao início deste estudo no contexto da liquidez proposta por Bauman (2001), constituindo assim uma das repercussões do ingresso das mulheres na vida pública. Estariam estes dados apontando para novas faces da monoparentalidade nas camadas médias da sociedade carioca?

No percurso de ser pai/mãe na família monoparental, confirmou-se a sobrecarga que vivenciam os participantes em decorrência da solidão no exercício de funções parentais. A este aspecto somaram-se os relatos sobre sentimentos de angústia perante as incertezas nas tomadas de decisão solitárias. No que concerne às diferenças de gênero, confirmou-se, igualmente, que o homem passa de simples provedor a ser também cuidador.

Os participantes, ao narrarem a sua experiência parental, contaram a história de seus relacionamentos conjugais anteriores à decisão de ter um filho, as dificuldades em conciliar a conjugalidade com a parentalidade, em simultâneo com as motivações para ser mãe/pai. As motivações podem ser as mais variadas, e algumas motivações inconscientes são expressas em forma de uma história mítica. Concordamos com Machado (2015) ao constatar ser impossível ter um acesso total aos aspectos motivacionais inconscientes. Algumas motivações estão relacionadas a aspectos de transmissão familiar, como o desejo de repetir a história da família de origem ou de transformar, na relação com os filhos, as relações com os primeiros objetos de amor. O desejo pela parentalidade, associado à fragilidade do vínculo conjugal, ou à ausência de relações amorosas, apresenta-se como um fator que predispõe à opção pela parentalidade solitária. Entre os homens, a experiência prévia com cuidados de adolescentes em instituições pôde motivar a demanda por adoção.

Entretanto, independentemente das motivações, é a partir da construção do vínculo com os filhos que se desenvolvem, igualmente, transformações na vida do sujeito. Para os homens, a monoparentalidade promoveu mudanças em suas vidas, significando novas formas de experienciar as relações de trabalho e sociais e de pensar a sua própria história, ao vivenciar o vínculo afetivo com o filho. No discurso feminino, aparece a importância do vínculo parento-filial como uma forma de vivenciar o vínculo afetivo, de preencher o vazio existencial, de transformar a si mesma, ou ainda de fugir da solidão. Ao mesmo tempo, essas mulheres reinventam a maternidade, no contexto da sociedade atual, ao experienciar de forma consciente e criativa o vínculo parental, como veremos no próximo capítulo.

O preconceito emergiu em diferentes momentos das narrativas sob diferentes formas, constituindo também um dos desafios. Primeiro, confirmou-se o preconceito em relação à adoção por homens solteiros, uma vez que eles carregam o peso das fantasias coletivas ligadas à pedofilia. Adicionalmente, aliado ao fato de ser sozinho, surgem dificuldades no processo de adoção, quando eles não dispõem da família extensa. No convívio social, apareceram dificuldades de comunicação, por ser de difícil apreensão para outras famílias a existência de um filho sem mãe. Surpreendeu-nos os obstáculos enfrentados perante instituições governamentais em consequência da certidão de nascimento sem o nome materno, uma vez que o nome da mãe é considerado campo obrigatório! Para as mulheres, uma delas falou de preconceito associado à culpabilização pela escolha que fez quando se diz cansada, o que aponta para uma ausência de criação de estratégias para lidar com as experiências de sofrimento trazidas por essas mulheres.

Compreendemos como limitações deste estudo, que o grupo pesquisado não abrange as dinâmicas referentes às famílias monoparentais que são resultado de morte, separação ou abandono, e que também não constitui uma amostra representativa da maioria das famílias monoparentais brasileiras, das camadas mais pobres da sociedade, nas quais a monoparentalidade está associada, em grande parte, a problemas sociais, de precariedade de recursos materiais, educacionais e emocionais. Igualmente, a pesquisa não abordou as questões específicas relacionadas às famílias monoparentais por escolha constituídas por meio da reprodução assistida.

Entretanto, o grupo estudado revelou que a monoparentalidade foi o meio encontrado para realizar o desejo de ter filho(s), confirmando o vínculo parento-filial como uma forma de subjetivação, como postula Berenstein (2009), não apenas porque os lugares do parentesco exigem que os sujeitos se tornem diferentes do que eram antes, mas porque o sujeito escolhe estar nesse lugar, no lugar parental, e o faz de forma ativa, consciente e participativa. Entretanto, cabe ainda à rede social desenvolver estratégias para lidar com as novas situações trazidas por estas famílias.

3. Monoparentalidade e a construção do vínculo com os filhos

Resumo

Este estudo é parte de uma investigação mais ampla sobre a vivência da monoparentalidade e tem como objetivo investigar a construção do vínculo com os filhos em famílias monoparentais. Para isto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados cinco mulheres e três homens, com idades entre 35 e 58 anos, oriundos da classe média da população urbana do Rio de Janeiro. Estas famílias são monoparentais desde o início, sendo sete por via da adoção. Os resultados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial. Da análise do material surgiram sete categorias de análise. Para atingir os objetivos formulados neste trabalho, serão discutidas as categorias *o exercício solitário da autoridade*, *a construção do vínculo no tempo* e *a rede social de apoio*. Constatou-se que neste grupo, a monoparentalidade foi o meio encontrado para realizar o desejo de ter filho(s) e que estes sujeitos desenvolvem novas formas de exercer as funções parentais e de construir o vínculo parento-filial, marcado por uma grande proximidade e por uma abertura ao público, apontando para novos modos de subjetivação nas relações familiares da atualidade.

Palavras-chave: monoparentalidade, vínculo, rede social de apoio.

Abstract

This study is part of a broader research on the experience of single parenting and aims to investigate the construction of bonding with children in single parent families. For this, a qualitative research was carried out, in which five women and three men, aged between 35 and 58 years, from the middle class of the urban population of Rio de Janeiro, were interviewed. These families have been single-parents since the beginning, seven of them by way of adoption. The results were analyzed according to the content analysis method, in its categorical aspect. From the analysis of the material came seven categories of analysis. To achieve the objectives formulated in this work, the categories *the solitary exercise of authority*, *the construction of the bond in time* and *the social network of support* will be discussed. It was found in this group that single parenting was the means to achieve the desire to have child(ren) and reveals new ways of performing parental functions and roles and building the parental-filial bond, marked by great closeness and openness to the public, pointing to new modes of subjectivation in the family relations of the present time.

Keywords: single parenting, bonding, social support network.

A monoparentalidade é uma das formas de parentalidade na sociedade contemporânea, resultante da diversificação e complexificação das relações

familiares e parentais, consequências da liquidez característica das sociedades modernas Baumann (2001). A liberação sexual dos anos 60 e a consolidação dos ideais democráticos intensificaram o individualismo, o hedonismo e a efemeridade nas relações humanas. Os progressos médicos e tecnológicos e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho possibilitaram e afetaram as novas formas de ser família (Roudinesco, 2003; Singly, 2011). Em uma época de mudanças contínuas, os laços familiares nunca foram tão vitais (Walsh, 2016).

Solis-Ponton (2004), baseada em Deveureux, assinala que Freud (2009/1913-14) foi pioneiro no estudo das origens da noção de parentesco, inaugurando um campo de estudos que veio a distinguir parentalidade de parentesco (Magalhães, Féres-Carneiro, Machado, Mello, 2015). Entretanto, se os princípios do funcionamento inconsciente, regidos pela agressividade e sexualidade, estariam na origem da parentalidade como estrutura psíquica, esta não existe *a priori* no inconsciente, mas é introjetada através da intersubjetividade e da transmissão intergeracional. A parentalidade é um conceito recente e refere-se ao estudo dos vínculos de parentesco e aos processos psicológicos que se desenvolvem a partir deles. Assim, não basta gerar um filho ou ser designado como pai para preencher todas as condições exigidas pelas funções e papéis parentais, sendo necessário “tornar-se pais” (HOUZEL, 2004), o que se faz através de um processo complexo, implicando níveis conscientes e inconscientes, comumente denominado como processo de transição em direção à parentalidade. Portanto, o conceito de parentalidade distingue-se do processo biológico, pois contém, simultaneamente, a ideia de função parental, a ideia de parentesco, e a história de origem da criança e das gerações que precedem seu nascimento. Solis-Ponton (2004) estuda a parentalidade a partir de dentro do psiquismo, como uma estrutura que se instala em ação e que continua evoluindo paralelamente ao desenvolvimento do indivíduo e do grupo familiar. A parentalidade estrutura as relações familiares a partir de organizadores como a assimetria, a heterogeneidade e a complexidade. No psiquismo, ela favorece a instalação de categorias mentais como idade, diferença de gerações e de gênero, organizando o pensamento de pais e filhos.

As famílias monoparentais são dignas de investigações porque diferem do clássico cenário edipiano de família - pai, mãe, filhos, proposto pela Psicanálise no contexto da sociedade burguesa do século XIX, no qual a família era pensada tanto pela função paterna, quanto pelas funções materna e filial. É importante ressaltar que todas as épocas tiveram meios de subjetivação concernentes ao seu contexto histórico e que as diversas condições sociais e econômicas próprias deste século deram origem a outros modos de estar e fazer-se em vínculo com o outro (Weissmann, 2015)

As famílias contemporâneas nos incitam a repensar conceitos clássicos da Psicanálise. Anne Thevenot (2014) reflete sobre a teoria winnicottiana, segundo a qual a função psíquica paterna é um princípio separador, que permite à criança sair da relação fusionada com a mãe, para que o laço dual não perdure, de modo que a criança se abra para o mundo. A este respeito, Weissmann (2015) e Gil e Nuñez (2002) salientam que na sociedade burguesa e patriarcal era o pai que tomava conta da função de corte. Esse esquema foi ficando superado nas novas organizações familiares e tanto a função de corte como a narcisizante podem ser efetuadas pelo pai ou pela mãe, ou ainda, em variantes mais complexas como as famílias monoparentais, por apenas um dos pais. Nestas famílias, um adulto, frente aos cuidados com sua criança, será ele mesmo a introduzir o terceiro, a separação, exercendo de outras maneiras as funções parentais, dando à criança uma visão diferente, mas não “a priori” patogênica para o seu desenvolvimento (Thevenot, 2014). Levy (2005) assinala a importância da rede de apoio, que ajuda a lidar com os aspectos mais vulneráveis destas famílias.

A Psicanálise, a partir da clínica e da observação de bebês, investiga as bases psíquicas das funções parentais. Ciccone (2014a, 2014b) baseia-se no conceito de bissensualidade psíquica de Tustin (1981) para introduzir a noção de biparentalidade psíquica, que se desenvolve no sujeito através das interações com o outro significativo, que exerce os cuidados parentais, e que é passada entre gerações através da transmissão. O conceito de bissensualidade psíquica de Tustin (1981) aborda as formas arcaicas da bissexualidade, os opostos sensuais e as “integrações primárias” que cada bebê deve realizar, agrupando-as sob os termos de “sensação de mole” e “sensação de duro”. Para Ciccone, estes opostos sensuais

ou experiências bissensuais são considerados como complementares ou antagonistas e são os aspectos mais arcaicos não somente da bissexualidade, mas também da biparentalidade psíquica. O tônus corporal pode ser considerado um lugar no qual se integram os aspectos mais corporais das funções psíquicas paternas e maternas e articula as qualidades de firmeza, paternas, e as de flexibilidade, maternas. Partindo destes princípios, o autor propõe atualizar o conceito formulado por Winnicott “preocupação materna primária” para “preocupação parental primária”, uma vez que a preocupação primária não está relacionada ao sexo do cuidador, mas corresponde a qualidades psíquicas, como a sensibilidade e atenção ao outro, à sua vida emocional, aos seus sofrimentos infantis, e supõe uma articulação entre os aspectos maternos e paternos internos. Os aspectos maternos referem-se ao acolhimento, à receptividade, à continência e os aspectos paternos concernem à firmeza, ao rigor e à consistência. Como dissemos, estas qualidades estão baseadas em uma sensorialidade presente desde as primeiras trocas entre o bebê e seu ambiente.

Mas se por um lado, as famílias monoparentais diferem do cenário familiar edipiano, por outro, a Psicanálise, hoje, ao transcender uma leitura burguesa ou contextualizada do mito edípico, ainda escuta e dialoga com os sujeitos e famílias do contemporâneo. A ideia freudiana dos complexos de Édipo e de castração opera na entrada do sujeito no universo simbólico, nas leis de parentesco, nas normas sociais e jurídicas e nos determinantes culturais (Postigo, 2010). Roudinesco (2003), apoiada em Lévi-Strauss (1979), argumenta que o arranjo edípico transcende pai-mãe-filho e se refere principalmente ao desejado-desejante-interdito que instaura a Lei. O que está em jogo é a ideia do desejo e da lei à qual ele está submetido, do desejo e da renúncia, ou ainda, da postergação e da satisfação do desejo em outro objeto. Desta forma, a Psicanálise compreende que é a partir do grupo familiar, independente de sua conformação, que se instauram os nossos desejos e o nosso acesso ao mundo simbólico. Levy (2005) e Nazir (2002) ressaltam que a ausência de um pai não seria impeditiva para a construção de um romance familiar, nem para a constituição da criança como sujeito, e que o grupo social, a partir das figuras significativas para a criança pode oferecer-lhes modelos de identificação. Os problemas são esperados em situações

nas quais a monoparentalidade implica o ódio pelo outro pai, a rejeição do outro sexo ou a renegação da diferença de sexos.

Ao estudar a construção do vínculo com os filhos na monoparentalidade, o pensamento de Berenstein (2009) vem em nosso auxílio. O autor considera a necessidade de desenvolver uma concepção vincular para os relacionamentos humanos, uma vez que encontramos-nos ainda em uma conjuntura social e cultural, na qual a posição majoritária do pensamento sobre as relações com os outros é individual. O autor pontua que, apesar do descentramento do sujeito promovido pelas revoluções copernicana, darwiniana e pela Psicanálise, ao postular que o Eu não é senhor na sua própria casa, perdura ainda uma tendência do sujeito a ser e ocupar o centro, em constante embate com os acontecimentos que mostram a sua descentralização. A dificuldade reside em que ambas as concepções se suplementem, porque se necessitam, mesmo quando continuam a ser distintas, o que significa resistir à tentação de que se articulem para se converterem em uma única. Como exemplo, o autor aponta as distinções entre o conflito intrapsíquico e o conflito entre sujeitos de uma relação. No primeiro, temos o modelo do mundo interno e das relações de objeto e mecanismos como identificações, projeção, identificação projetiva. No segundo, temos que considerar o mundo da relação, das relações de poder e mecanismos de imposição, interferência, derivados do conceito de alheio, (ajenidad) e alteridade. Enquanto no conflito psíquico, o individual tem a transferência como modelo da relação entre sujeitos, no conflito considerado desde a relação, deve ser analisado a interferência, além da transferência. Assim, Berenstein parte de uma ampliação do inconsciente freudiano, e formula o conceito de aparato psíquico vincular, constituído de três dimensões: a intrapsíquica, a intersubjetiva e a transsubjetiva. O campo clínico tem como objeto de estudo as configurações vinculares com suas respectivas alianças, acordos, pactos e trama interfantasmática inconsciente e as estruturas familiares e sociais inconscientes, que lhes são subjacentes. A descoberta da rede interfantasmática que se tece entre os integrantes de uma determinada família, leva em consideração que esta família está atravessada pelas leis de parentesco apoiadas na proibição do incesto, e que o social aparece como grande tela de fundo sobre a qual se estrutura a família, uma vez que ele mesmo se funda na proibição do assassinato, que o estrutura (Weissmann, 2015).

Partindo das postulações de Berenstein (2009), que enfatiza que o vínculo parental é um fator de subjetivação, pelo qual dois sujeitos colocados em uma relação se singularizam através dela e que as famílias monoparentais podem ser vistas de uma outra forma e não apenas como um déficit das famílias biparentais, e para isto é necessário desenvolver novas formas de pensá-las, o presente estudo, que é parte de uma investigação mais ampla sobre a vivência da monoparentalidade, tem como objetivo investigar a construção do vínculo com os filhos nas famílias monoparentais.

Método

Participantes

Participaram do estudo oito sujeitos, cinco mulheres e três homens com idades entre 35 e 58 anos, das camadas médias urbanas, residentes na cidade do Rio de Janeiro ou região metropolitana. Para apresentação dos resultados, eles foram nomeados como Mãe 1 a Mãe 5, e Pai 1 a Pai 3. A Tabela 1 apresenta a descrição do perfil dos participantes. O grupo é caracterizado por famílias que se constituíram, desde o início, como monoparentais, sendo sete delas adotivas.

Instrumentos

Como instrumentos de investigação, foram utilizadas fichas biográficas e entrevistas gravadas em áudio, que foram transcritas, posteriormente, na íntegra. O roteiro semiestruturado das entrevistas teve 10 perguntas como base e foi formulado a partir da revisão de literatura, contemplando questões abertas sobre os seguintes eixos temáticos: a experiência subjetiva da monoparentalidade, a construção do vínculo com os filhos, a relação com o/a(s) filho/a(s), a relação com as redes de apoio, os aspectos intergeracionais e os principais desafios.

Procedimentos

Os participantes deste estudo foram indicados pela rede de relacionamento do pesquisador, constituindo uma amostra de conveniência. Como critério de participação no estudo, o sujeito deveria ser um adulto responsável pela criação de

pelo menos uma criança ou adolescente e pertencer ao segmento socioeconômico médio da população carioca.

O contato inicial para a marcação das entrevistas foi feito por Whatsapp. As entrevistas foram efetuadas individualmente, em local, data e hora determinados pelos participantes, e tiveram duração média de uma hora.

Cuidados éticos

O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição onde foi desenvolvido (processo número 12/2018). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, permitindo a utilização dos dados em ensino, pesquisa e publicação. A identidade dos participantes é preservada.

Análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos ao método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, com a finalidade de investigar, a partir do material discursivo, as significações atribuídas pelos entrevistados aos fenômenos (Bardin, 2016). Por meio da técnica categorial, foram destacadas categorias temáticas, organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Para tal, procedeu-se a uma “leitura flutuante”, agrupando-se dados significativos, identificando-os e relacionando-os, até se destacarem as categorias de análise.

Do discurso dos participantes emergiram sete categorias de análise. Tendo em vista que objetivo deste artigo é investigar a construção do vínculo com os filhos nas famílias monoparentais, nele serão apresentadas e discutidas as categorias: *o exercício solitário da autoridade, a construção do vínculo no tempo e a rede social de apoio*.

Análise e discussão dos resultados

O exercício solitário da autoridade

Segundo Houzel (2004), o exercício da parentalidade é uma das suas dimensões e refere-se aos laços de parentesco e aos direitos e deveres prescritos pela sociedade. Portanto, é uma dimensão que transcende o indivíduo, sua subjetividade e seus comportamentos, pois se relaciona com os interditos próprios de uma determinada cultura, grupo social ou familiar como, por exemplo, o tabu do incesto. Os entrevistados narraram sobre o estabelecimento de regras e limites em suas famílias:

“Ele veio de uma sociedade sem regras, então, botar regras pra ele é a morte. Você falar pra ele “tem que ser assim porque eu quero, porque é a hora de ir pro colégio”, pra ele é algo que não existe!”. (Pai 1, 48 anos)

“Os limites e regras, essa é uma questão importante, porque eles tiveram um histórico, né, todos os dois, de não ter limites e regras, né, tanto que foram parar numa instituição de acolhimento [...] A mãe biológica [...] não tava nem aí pra ele, então, se ele saísse de manhã e só chegasse à noite, que diferença faz? [...] Eu até acredito que seja uma coisa do subconsciente dele, ele tem dificuldade de trabalhar isso”. (Pai 3, 42 anos)

“Quando ela veio pra mim, ela tinha umas reações [...] a gente até tem um acompanhamento com psicóloga, [...] de chegar no limite de ver como é que [...] a mãe vai reagir. [...] Hoje em dia [...] ainda tem uns episódios assim de raiva [...] de explosão, que eu acho que não tem nada a ver com o fato de ser adotado. [...] no início, se eu não tivesse visto o ambiente que ela morava no abrigo, talvez eu não entendesse, mas eu vi que as crianças maiores, elas tinham uma rivalidade, ali dentro, com os menores!”. (Mãe 5, 53 anos)

Algumas narrativas sobre as dificuldades de colocação de limites e regras estão relacionadas à forma pela qual a monoparentalidade se viabilizou - a adoção. Como exemplo, P1, P3 e M5 apontaram dificuldades na imposição de limites, devido ao contexto anterior no qual os filhos viviam, o que confirma o resultado de Santos, da Fonsêca, Fonsêca e Dias (2011), que apontam, em um dos casos de famílias monoparentais adotivas, dificuldades em relação à educação do filho, uma vez que a criança não estava acostumada a ter limites. Não encontramos dados de pesquisas que explorem mais aprofundadamente esta questão. Entretanto, se estes resultados guardam semelhanças com aqueles das famílias adotivas em geral, distinções se apresentam no fato destes pais estarem sozinhos frente às reações dos filhos:

“ [...] o fato de eu ser sozinha, né, eu tenho de tá muito atenta a isso. Eu não tenho “Vou chamar seu pai”, “Fulano, me ajuda aqui”. [...] eu que tem que ser o fiel da balança! [sobre limites] É ela querer uma coisa e naquele momento não ser possível fazer, ou não ser a hora adequada, e é não, não, e não! E vai chorar e eu

tento conversar, sem gritar, sem me exaltar. Eu tenho até um tom, um timbre de voz que até não joga a meu favor, né, que às vezes, “Mamãe, você tá gritando?” “Não meu amor, eu não tô gritando”, eu sempre procuro me abaixar pra falar com ela, pra ficar no mesmo nível dela, às vezes eu me exalto”. (Mãe 2, 50 anos)

“Limites e regras lá em casa funciona assim [...] eu sou o cacique da tribo, eu sou a chefe de casa, eu sou a dona da casa, então a gente explica tudo. [...] O Não porque é não é o terceiro não. O primeiro não a gente explica, o segundo, eu já vou dizendo que eu explico mas tem que ser, e o terceiro é ponto, acabou [sobre conflitos] A J. está fazendo um tratamento psiquiátrico e psicológico por conta do descontrole emocional [...] Ela não consegue se controlar quando é contrariada [...] ela não consegue parar de gritar, de chorar, de espernear, até se machuca, às vezes. [...] Nessas horas eu fico de cabelo em pé!”. (Mãe 3, 43 anos)

“[sobre limites e regras] Difícil isso, né? [...] o limite, né, nunca me bater, ela fez isso uma vez quando tinha dois anos de idade. Claro que isso eu levo pra todos, mas a todos ainda tá, entre crianças, difícil. Mas [...] de vez em quando dá uns (gesto de bater) nos colegas da sala, [...] Normalmente, reage com grito e choro e me chama de chata. [sobre conflitos] Desobediência, ou ela às vezes fica tentando ir até o meu limite, principalmente quando eu estou na frente dos meus pais, principalmente da minha mãe”. (Mãe 4, 39 anos)

“É uma coisa que eu tenho trabalhado muito. Ele não gosta de ser contrariado [...] Eu disse, não, você não vai tirar o casaco porque tá frio e você tá gripado. “Ah, não, eu quero tirar”, “Não, não vai”. Ih, caramba, se for contrariado! [...] ele não gosta de receber não, e com isso ele fica com raiva, e faz coisas que eu não gosto [...] ele não faz nada contra os outros, ele faz contra ele mesmo. [...] Ela [a psicóloga] falou pra ele: você tem que descobrir uma coisa que faz você extravasar a sua raiva, porque raiva todo mundo sente. [...] Ele ainda não descobriu o que o faz perder a raiva. Então, ele tem esse problema de lhe dizer não”. (Pai 2, 58 anos)

“O M. [...] tem dificuldade em ser contrariado [...] eu ainda não consegui colocar num nível que ele entenda que a minha palavra é a palavra final. [...] Quando eu coloco o M. de castigo, [...] ele fala assim “Ah, mas eu vou falar com a minha irmã”! [...] O D. nunca teve esse tipo de reação [...] porque ele entende que eu sou o pai dele. Por bem ou por mal, o que eu disser, tem que ser a lei”. (Pai 3, 42 anos)

“Ele faz umas perguntas, que você fala assim, que é que eu vou responder?”. (P1, 48 anos)

As narrativas dos entrevistados sobre as dificuldades em lidar com os filhos quando contrariados são resultados que confirmam os dados da Agência Francesa de Adoção (2008), segundo os quais, os pais na situação monoparental encontram-se sozinhos frente às questões, às dúvidas e às agressões verbais (e às vezes físicas) dos filhos. Estes dados sobre o exercício solitário da autoridade coincidem, em boa parte, com os aspectos subjetivos de sobrecarga e incertezas da solidão experimentados pelos sujeitos ao exercer funções e papéis parentais. As narrativas de P2, M3 e M5 revelam a dificuldade de lidar sozinhos com a agressividade ou descontrole emocional do(a) filho(a), pelo que procuram auxílio

do profissional de psicologia. Sobre este aspecto, Levy (2005) assinala a importância da rede de apoio, construída pelo/a pai/mãe, que ajuda a lidar com os aspectos mais vulneráveis desta família.

A narrativa de M1, que é a única que tem filho biológico, difere das demais: a hierarquia parece debilitada e surgem no decorrer da entrevista muitas vezes as palavras parceria, amizade, parceiro, amigos, o que é mais próprio de uma relação entre iguais:

“Apesar da amizade e da parceria que eu tento introduzir, eu acho muito importante ele me ver como mãe e que tenha uma noção de respeito, de atenção. Não é aquela coisa, procuro uma relação [...] Eu não quero aquela ideia do tipo da história de que toda mãe é chata, [...] Então eu acho que tem um limite nessa situação da parceria, [...] e eu como mãe, não é o que manda, não é isso, é o que tem um certo conhecimento, uma responsabilidade sobre você, então eu vou te introduzir certas questões, eu sou uma fonte disso, a escola é outra fonte, os amigos é outra fonte, [...] Quando ele foi fazer o dever, ele foi reclamar. N., olha só, eu vou te ajudar a fazer o dever, aproveita que eu sou uma mamãe legal e que eu vou tá fazendo com você esse dever agora. [...] Então eu acho que o limite entra nisso. E eu acho que ele tem deveres que ele tem que fazer também [...] por exemplo, brinquedo no meio da sala não dá, é um ambiente em comum, [...] ele arruma, porque tem que dormir cedo”. (Mãe 1, 35 anos)

Sobre o prejuízo de uma hierarquia na relação entre mãe e filho em prol de um relacionamento afetivo, como aparece nas falas de M1, Mezan (2015) relata que algumas das famílias monoparentais parecem ser estruturadas por uma fantasia fundamental, a de que todos que a compõem funcionam em uníssono, cimentados por um único e mesmo desejo. O autor ressalta que esta crença inconsciente é posta em xeque pelo crescimento dos filhos. Levy (2005) indica a necessidade de existirem outras pessoas que incidam na relação e funcionem como um anteparo diante dos desejos de fusão da criança e do sujeito que desempenha a função materna.

A construção do vínculo no tempo

Das falas dos entrevistados emerge a influência das relações parentais passadas, que se atualizam na relação atual com os filhos e também os ideais parentais orientando a construção de um futuro. Antes disto, dois entrevistados

narram sobre o processo de se tornar pais e do momento inicial da relação parento-filial.

“Desde pequeno, nos meus quinze, eu sempre falava, um dia eu vou ter um filho [...] eu fui à Italia, viajei, e lá, eu tava rezando e tal, e eu falei, se tiver que ser agora, que eu tenha meu filho agora.[...] Voltei pro Brasil, passou duas semanas, um amigo meu que trabalhava comigo na empresa, conversando sobre isso [...] “a minha esposa é advogada de adoção” [...] É muita coincidência! [...] Eu já tinha ido ver outras crianças do meu perfil [...] mas assim, não rolava. [...] e eu tinha muito essa dúvida de quando é que eu vou encontrar meu filho [...] Me falaram se eu queria apadrinhar o C., porque ele desenhava muito bem, eu também desenho, ele também gostava muito de arte [...] Foi o contato do dia a dia, a conversa, né, a gente começou a conversar, se conhecer, ele começou a me contar umas coisas da vida dele, e a gente foi se conhecendo [...] Ela [a assistente social] me ligou [...] “para saber se você tem algum interesse na adoção, se não tiver [...] a gente vai fazer o encaminhamento dele ou para o abrigo de maiores, ou para o exterior”. [...] E aí [...] eu não pensei duas vezes [...] “não tira meu filho não, que ele já tá comigo, e é esse, é esse que eu escolhi, e é esse que vai ser”. (Pai 1, 48 anos)

“Ela é maravilhosa [...] mas eu te digo que a primeira vez que eu a peguei nos braços não ouvi sininhos tocando, nada disso não, é uma construção de relação. Muito pelo contrário, eu fiquei com medo [...] por que aquele ser dependia de mim, né? Totalmente! [...] você agora é responsável por outra pessoa, outra pessoa depende de você, pra se alimentar, pra se higienizar, pra se vestir, pra viver, né, pra subsistir, né?”. (Mãe 2, 50 anos)

P1 fala do processo através do qual o filho imaginário deu lugar ao filho real. Ao desejo e à escolha do momento para ter um filho, seguiram-se a difícil busca pelo filho imaginário, o processo de identificação que conduziu ao apadrinhamento, os encontros e trocas com o afilhado, até os acontecimentos que propiciaram que P1 se tornasse pai de seu filho. Estes dados vão ao encontro do pensamento de Solis-Ponton (2004), segundo o qual a parentalidade corresponde a um processo complexo, uma estrutura que se instala em ação, e que contém não apenas a ideia de parentesco e de função parental, mas também a história de origem da criança. O mesmo vale para M2, cuja narrativa fala da percepção de uma construção, confirmando a ideia inerente ao conceito de parentalidade, de que não basta ser designada como mãe para tornar-se mãe, sendo necessário preencher as condições exigidas pelas funções e papéis parentais. Na fala de P1, observamos que da interação com a criança emerge a imagem que ele tem de pai, isto é, o que significa ser pai para ele – um pai salvador.

A transmissão entre gerações participa da construção do vínculo com os filhos. Uma entrevistada, ao responder sobre as manifestações de afeto entre ela e

a filha, traz à lembrança o vínculo afetivo com os pais. Três participantes apontam uma relação entre a natureza do vínculo com os pais na família de origem e o relacionamento atual com o(s)/a filho(s)/a:

“Ela é muito amorosa, ela é, a gente tem muito contato físico porque eu tive isso muito na minha infância, é, eu tive muito abraço, muito toque muito carinho, apesar de eu ter perdido o meu pai com 13 anos, mas era uma pessoa extremamente carinhosa, a minha mãe idem [como via o casamento de seus pais] Pra mim, aquilo ali é ‘Shangri-la’, o casamento perfeito, né? [...] Tanto é que minha mãe ficou viúva com 48 anos e nunca namorou, nunca se casou, nunca teve um relacionamento depois”. (Mãe 2, 50 anos)

“Eu nasci e praticamente fui morar com meus avós, fiquei pouco tempo na casa da minha mãe e meu pai [...] depois que se separaram, meu irmão e minha mãe vieram morar com a gente. [sobre a relação com seus pais] A minha avó era a minha alma gêmea 1 e a minha filha é a minha alma gêmea 2.[...]E depois que meu avô morreu, eu meio que assumi o papel dele também, né?[...] Então a gente tinha uma relação assim, fantástica!”. (Mãe 5, 53 anos)

“Meu pai, por exemplo, perdeu meu avô muito cedo, [...] foi mais ou menos um arrimo de família! Então eu vivi isso de alguma forma, meu pai ainda é vivo, só que, ele, como tava ausente, eu acabava tendo que cumprir esse papel, querendo ou não, né? Não tinha escolha nessa situação. [...]. Minha mãe tinha problemas com relação à depressão, então assim, eu não achava muito justo eu dividir os meus problemas, sabendo que ela já tinha problemas muito mais graves. [...] Eu tive uma relação, que ele não foi um pai muito presente, né? Não guardo nenhuma raiva em relação a isso, mas eu sei das coisas que eu senti falta, né? E são coisas simples, às vezes como, sei lá, levar o filho pra escola, poder dar o beijo de boa noite, são coisas que eu tento valorizar com eles”. (Pai 3, 42 anos)

“Eu tinha sempre uma relação mais próxima com a minha mãe do que com o meu pai. E eu sentia, talvez esta minha questão da paternidade, que eu sentia vontade de ser pai, foi justamente, talvez em função disso, que eu gostaria de ser mais próximo ainda. Na minha infância [...] não existia essa proximidade. [...] eu acho curioso, que por exemplo, o C. faz algumas perguntas pra mim, especialmente em relação a sexo, que eu não poderia imaginar que eu ia perguntar pro meu pai! [...] eu tinha uma relação de, afetiva e tudo, mas não era aquela coisa assim próxima como é hoje, ele tá aqui comigo, ele tá aqui agarrado comigo o tempo todo, eu tô agarrado com ele o tempo todo”. (Pai 2, 58 anos)

As narrativas de M2 e M5 revelam que elas perderam o pai e passaram a viver apenas com a mãe, o que pode indicar que reproduziram, mesmo que não conscientemente, o modelo da família de origem. Na fala de M2, o vínculo afetivo com a filha é vivido tal como o foi com seu pai e sua mãe – com muito contato físico. Revela-se na fala de M5 que, além de vivenciar a monoparentalidade em três gerações, ela revive com a filha o relacionamento afetivo que teve com a sua

mãe, que foi a sua avó. Na sua narrativa, ela se refere à sua mãe e à sua filha como almas gêmeas. Este termo evoca a ideia do Objeto Gemelar, conforme apresentado por Berenstein (1987), na qual a fonte do mais sublime e desejado está sempre no idêntico ao eu, enquanto o diferente é despojado de suas qualidades para ser transformado em semelhante. M5 e P3 falam ainda sobre terem assumido o papel do pai na família de origem, não ficando claro se isso apontaria para uma parentalização ou para uma ocupação do lugar do pai como figura de afeto.

A fala de P2 traz comparações sobre o relacionamento com o pai e aquele que hoje ele tem com o filho, caracterizado por uma maior proximidade. P3 narra que sofreu em uma família biparental por ter um pai muito ausente, enquanto sua mãe era depressiva. Provavelmente, ele aprendeu a ser pai de si mesmo, o que repercute no ideal de autonomia e felicidade para seus filhos no futuro, como veremos mais adiante, e também na busca de reparar, na relação com seus filhos, aquilo de que sentiu falta na sua família de origem. Estas falas apontam para o fenômeno da transmissão entre gerações. Para Benghozi (2010), cada sujeito se situa numa identificação dialética entre sujeito singular e sujeito de pertencimento, sendo o vínculo o suporte da transmissão psíquica intergeracional e transgeracional. A este respeito, Anton (2018) baseia-se em Andolfi (1989) ao destacar que o relacionamento atual de um(a) pai/mãe e um filho, identificados como segunda e terceira gerações, informa ainda sobre a relação passada entre ele(a) e seu(sua) próprio(a) pai/mãe, de modo que as relações atuais merecem ser consideradas como metáforas relacionais, pois se referem à história passada.

Na construção do vínculo com os filhos, as expectativas parentais quanto ao futuro dos filhos moldam as relações no presente, como por exemplo, na exigência de que os filhos se dediquem aos estudos. O estudo é visto pelos pais como uma garantia de autonomia para os filhos, no futuro:

“Que ela seja feliz, que ela aprenda a lidar com seus sentimentos, principalmente com essa raiva, né? [...] que ela seja realmente uma mulher sábia, uma mulher de Deus, né, uma mulher que os outros possam contar com ela, uma amiga, de verdade, que ela escolha, profissionalmente, fazer o que tiver realmente no seu coração, [...] descubra realmente esse prazer nos estudos ainda antes de chegar até o ano futuro, [...] Ela pode não querer fazer nada com isso ali na frente, ser só dona

de casa. Mas ela tem o direito de escolha, né? [...] “Filha, [...] se não estudar, você não vai ter direito de escolha, você vai fazer o que sobrar pra você”. (Mãe 4, 39 anos)

“Eu quero que ele seja feliz, que ele seja uma pessoa do bem, de boa índole, isso ele tem se mostrando até agora. Eu sei que vem uma fase difícil, que é a questão da adolescência, né? [...] Mas, lá na frente eu quero que ele seja muito feliz, eu quero que ele estude, que ele seja uma pessoa do bem, que ele faça o bem pras pessoas [sobre a visão de futuro] ele ficará numa situação, no dia que eu morrer, eu espero que demore muito, ele, financeiramente, pelo menos ele vai ter um apartamento, vai ter um carro, vai ter um dinheiro que eu tenho na poupança”. (Pai 2,58 anos)

“Eu quero que eles sejam pessoas felizes, pessoas autônomas, pessoas que consigam, é, viver bem! Pessoas que consigam superar o passado deles [...] O que cada um vai ser na vida, aí já é uma questão mais pra frente, né? [sobre a visão de futuro] eu não consigo ter essa visão agora, a gente tá vivendo o dia a dia, né? A minha luta com eles, que é uma luta quase diária, é fazer com que eles entendam a importância de estudar.[...] Porque é a base pra tudo! É uma oportunidade que eles não tiveram no passado. Eles precisam o quanto antes entender isso aí, e usar da melhor maneira que eles quiserem no futuro deles!”. (Pai 3,42 anos)

A construção de um futuro para os filhos passa pelos ideais parentais. Féres-Carneiro, Mello, Machado e Magalhães (2017) baseiam-se no pensamento freudiano para ressaltar a importância dos ideais parentais para a invenção da subjetividade por vir. O conjunto das narrativas revela que o fato de tornar-se mãe ou pai coloca em movimento aspectos narcísicos dos pais, incluindo os medos, sonhos, lembranças da própria infância, modelos paternos e maternos e as expectativas sobre o futuro da próxima geração, conforme postulam Féres-Carneiro & Magalhães (2011) e Zornig (2012).

Adicionalmente, vale ressaltar que, conforme Féres-Carneiro, Mello, Machado, Magalhães (2017), os ideais dos pais são também atravessados pelos ideais sociais, que repercutem nos projetos de vida das gerações seguintes, o que pudemos observar, igualmente, nos resultados desta pesquisa. As falas das mães e pais entrevistados apontam, em primeiro lugar, para expectativas voltadas para a valorização dos estudos como meio de obter autonomia no futuro. As palavras “escola boa”, “profissão” “médica ou dentista”, “faculdade”, “trabalho”, “prazer nos estudos”, “habilidades (ligadas a competências profissionais)”, “estudar”, “que ele estude”, “importância de estudar” estiveram presentes na totalidade das narrativas. Estes resultados corroboram, parcialmente, os apontados por Féres-

Carneiro, Mello, Machado, Magalhães (2017), que pesquisaram sobre a relação entre os ideais da sociedade e os projetos de vida das futuras gerações e fundamentaram a análise com o pensamento de autores como Lyotard (1986), Bauman (2001), Giddens (2003) e Lipovetsky (2011), por exemplo, que refletem sobre os valores da sociedade contemporânea, através de diferentes conceituações. A aceleração do tempo constitui uma marca incontestável da nossa sociedade, de forma que o passado não mais serve de referência, o futuro é incerto e o presente é marcado pela urgência temporal. As autoras destacam a hegemonia da preocupação com o futuro profissional dos filhos, como uma compensação para a incerteza do futuro. Entretanto, esta preocupação se deu em detrimento de outros aspectos como a felicidade e valores morais, o que difere dos outros resultados encontrados na presente pesquisa.

Em segundo lugar, surgiu como ideal parental que os filhos sejam felizes e também que sejam portadores de valores morais. Em seis das oito narrativas, apareceram expressões como “que ela seja feliz”, “perceber o que cada um gosta”, “que ele seja feliz”, “que eles sejam pessoas felizes”. As falas que trouxeram a felicidade nas expectativas parentais são consonantes com os imperativos culturais da pós-modernidade. A busca de felicidade individual foi uma reação à rigidez das normas e padrões de conduta impostos pela sociedade disciplinar, característica dos primeiros tempos modernos (Lipovetsky, 1997).

A preocupação com valores morais também apareceu em seis das oito narrativas com expressões como “que ele se conheça muito bem como ser humano”, “se destacando em sentimentos”, “não quero que ela seja uma mau-caráter”, “sejam pessoas de bem”, “não façam mal a ninguém”, “seja uma mulher sábia”, “que os outros possam contar com ela”, “tenha responsabilidades com a vida dela, com as coisas dela”, “hiperconsciência de que é ruim”, “ele vai se encontrar de alguma forma”. Estes resultados contrastam com os valores predominantemente consumistas, hedonistas e individualistas da sociedade contemporânea.

Não foi mencionado por nenhum dos entrevistados o ideal de constituição de família no futuro. Estes dados concordam com os resultados da pesquisa de Féres-Carneiro, Mello, Machado, Magalhães (2017).

A rede social de apoio

Marin e Piccinini (2011) citam Fonseca (1997) ao destacar que a fragilidade do casal contemporâneo revelou outros elementos da dinâmica da família, especialmente, as redes de apoio social, que não eram destacadas como relevantes em décadas anteriores, quando comparadas com o apoio entre os membros do casal.

É evidente o papel da rede social na origem da constituição das famílias monoparentais, em especial pela via da adoção, sendo composta por amigos, colegas, instituições de acolhimento e seus profissionais, Igrejas, grupos de adoção e grupos em redes sociais. Abaixo seguem apenas alguns exemplos:

“Uma colega me convidou para ir na Romão Duarte, no dia das crianças, “Ah, vamo lá levar uns brinquedos, vamo levar uns doces” [...] ali foi uma pre-semente, [...] da minha ideia.[...] e, nesse meio tempo [...] eu comecei a conversar com pessoas que tinham adotado [...] era a época do Orkut, comecei a entrar nas comunidades, de me inteirar, ler mais a respeito do tema e tal e, junho de 2012 eu botei meu pé na vara pra formalizar o processo. [...] basicamente você tem que cumprir, assistir as palestras, que eles chamam de curso [...] em grupos de apoio à adoção, que são grupos oficiais vinculados à vara da infância e da juventude e do idoso”. (Mãe 2, 50 anos)

“Apadrinhei uma menininha, a gente, a nossa igreja, né, uma outra de Teresópolis da mesma linha, responsável por um abrigo lá,[...] E aí comecei realmente a me envolver mais no mundo da adoção, da adoção sozinha, né ... não vou ter um outro junto, como vai ser tudo isso? Até que em 2011 eu realmente decidi e dei entrada na papelada”. (Mãe 3, 39 anos)

“Eu tenho grupos de apoio à adoção, né, eu participo de um dos grupos, e aí foi aonde eu fiquei sabendo, “ah, tem uma criança com o seu perfil, não sei quê, em Maceió, interessa”? [...] “Então faz o seguinte, entra em contato por WhatsApp com o juiz de Maceió. [...] O padrinho afetivo, [...] que ele também é pai por adoção, aí ele pegou, me levou lá no abrigo, eu tinha visto uma foto do meu filho. Aí quando chegou lá, aquela criança, [...] “Cadê o C., cadê o C.”? Aí ele veio! Aí segurou a minha mão, não soltou mais”. (Pai 2, 58)

“Eu já fazia trabalhos voluntários, então eu tinha contato com essas instituições. Então assim, isso já há bastante tempo. [...] num desses abrigos, eu descobri um projeto que se chamava de apadrinhamento afetivo”. (Pai 3, 42 anos)

O conjunto das narrativas aponta o papel da rede social participando da constituição destas famílias, o que confirma o trabalho de Levy (2005) e de

Malpique (1998), segundo os quais a socialização do indivíduo resulta cada vez mais de uma intervenção da sociedade através de suas instituições, e cada vez menos da ação familiar. A rede de apoio participa também do cotidiano das famílias, sendo bem variada e inclui a família extensa, filhos mais velhos, vizinhos, amigos e até outras mães da escola:

“Ah, mãe, socorro, preciso de duas, três semanas, e ela “Ah, pode mandar o pacote,” ela chama de pacote [...], então ele já viajou duas ou três vezes de avião, sozinho, pra B. e ela pega ele lá. [...] Nesse momento, eu tô conseguindo juntar dinheiro porque, estando junto com meu pai eu não tô arcando com todas as despesas sozinha. [...] Ah, tem um colega de trabalho, [...] que frequenta a minha casa, nós não temos uma relação como casal, nem afetiva, por ele teria, mas por mim não tem. Mas assim, é um querido do Noé e vice-versa, então, eles, às vezes, fazem algumas coisas juntos”. (Mãe 1, 35 anos)

“[sobre quando precisa se ausentar] uma operação de guerra (gargalhadas)! Assim, normalmente eu conto com meus pais apesar deles não morarem no Rio, [...] às vezes eu faço eventos, e aí ela sai às cinco da escola e às vezes o evento vai até as sete da noite. [...] Teve um período no mês da mulher, que eu fiz a semana inteira [...] E aí, a minha ajuda foi com as outras mães da escola. [...] cada dia ela foi pra uma casa, um dia os meus pais buscaram, e uns quatro dias foi as outras mães. E já teve vizinha também, em casa, quando é durante o dia, sábado, assim, de vizinha daqui do prédio”. (Mãe 4, 39 anos)

Na falta da família extensa, outros semelhantes, na mesma situação familiar, configuram a rede de apoio. A família de P3 é a única em que os filhos têm contato com os seus parentes biológicos:

“Eu tenho uma pessoa, que ela é minha amiga, ela também tem uma configuração familiar semelhante, e eventualmente, eu já precisei deixar os meus filhos com ela. [...] os dois têm contato com as irmãs [...] eles têm a avó deles, no caso é a bisavó, eles conhecem os tios, as tias, a gente frequenta a casa um do outro”. (Pai 3, 42 anos)

O conjunto das falas dos entrevistados corrobora o pensamento de Sluzki (1997) e os dados de Rodrigues & Hintz (2013), segundo os quais a rede social ou rede de apoio é um tipo de vínculo e pode ser entendida como a soma das relações que um indivíduo percebe como significativas, diferindo-as da massa anônima da sociedade. Segundo o autor, ela pressupõe diversos tipos de funções: companhia social, apoio emocional, ajuda material e de serviços, regulação ou controle social, guia cognitivo e de conselhos e acesso a novos contatos. Os dados validam também as postulações de Levy (2005), que ressaltam a importância da presença

de sistemas e de pessoas significativas com as quais a criança tenha relações afetivas, pois o grupo social, através das figuras significativas para a criança, pode oferecer-lhe modelos de identificação. A autora frisa também a relevância do apoio prestado ao/à pai/mãe por familiares, amigos, vizinhos e pela comunidade em geral.

A narrativa de M4, na qual ela constrói uma rede de apoio com outras mães, como em uma “operação de guerra”, vai ao encontro do conceito de vínculo-rede formulado por Benghozi (2010). O autor pontua que são as condições de exigência que criam a necessidade de se funcionar em rede, referindo-se à rede viva, a qual não é estabelecida por uma entidade estrutural organizadora, diferindo, portanto, da instituição que é uma rede fechada.

Os entrevistados narraram também sobre o papel do profissional da Psicologia, auxiliando na construção ou consolidação dos laços familiares e no suporte à saúde emocional. Alguns aspectos estão mais relacionados à própria adoção, que supõe um processo de adaptação:

“O M., [...] ele ainda tá tendo algumas dificuldades com relação à adaptação, e ele faz acompanhamento psicológico [...] já veio com uma orientação do próprio abrigo, que seria interessante, que ele deveria continuar o acompanhamento psicológico”. (Pai3, 42 anos)

“Eu lembro que ele foi fazer análise nos primeiros anos, que orientaram pra fazer análise, chegou num ponto que a psicóloga falou “Vem cá ver ele, me chamou dentro de uma sala e ele tava meditando na sala. “O que é que eu vou fazer com ele? Ele é muito tranquilo, muito calmo, ele não tem nenhum problema de cabeça”, disse a psicóloga. Aí eu parei com a análise”. (Pai 1, 48 anos)

Em outras narrativas, simultaneamente à questão do acompanhamento do processo adaptativo inerente à adoção, emerge o papel do psicólogo como auxiliar na construção do vínculo parental, no estabelecimento de lugares e papéis:

“[sobre o profissional da psicologia] eu acho que tem ajudado, porque é uma maneira de ele falar com uma terceira pessoa, assim, alguém que, teoricamente, ele teria a liberdade de contar da maneira dele, né? Porque assim, a gente conversa, mas ele tem a visão dele e tem as questões dele! [...] Eu acho que ele fica um pouco mais calmo quando ele volta de lá, parece que ele consegue escutar melhor o que ela tem a dizer [...] quando ele tem uma crise um pouco mais séria, aí eu peço pra conversar com ela em particular”. (Pai 3, 42 anos)

“[...] eu acho que foi fundamental, até pra eu entender o meu lugar na relação de mãe. [...] No início, eu não sabia, [...] “eu não sei o que eu tô fazendo aqui, eu não sei o que dizer”. [...] Aí eu tive que falar todo o histórico da minha vida pra ela me

entender e entender a família, mas tinha que me ver antes, entendeu, até pra ver as minhas posições dentro dessa família, né?”. (Mãe 5, 53 anos)

“Ela entrou na fase dos medos noturnos [...]. Então, ela ia pro meu quarto, eu ia e voltava pro quarto dela [...] Ou ela entrava muito silenciosamente, ou eu estava com muito sono que não escutava mais. [...] tava o meu quarto com a porta aberta e o ar ligado, do quarto dela com a porta aberta e o ar ligado, e a conta dobrou no mês. [...] “Não, vamos fazer o seguinte, não tá dando, então vamo pro meu”. Só que eu nunca mais consegui fazer voltar (risos). [...] só que a psicopedagoga já pediu pra voltar, né?” (Mãe 4, 39 anos)

Estas narrativas falam do papel do psicólogo auxiliando na construção do vínculo parental e revelam que a família monoparental por via da adoção é uma modalidade de família contemporânea na qual saberes especializados, através de seus profissionais, participam da rede de apoio. Singly (2011) postula que a família contemporânea adquiriu autonomia da parentela, mas passou a depender de saberes especializados, através de seus profissionais, que participam da rede de apoio. Em seis narrativas, o profissional da psicologia exerce diferentes funções: de suporte emocional, auxiliar no estabelecimento de lugares e papéis, ocupando o lugar de um terceiro periférico na relação dual pai/mãe e filho(s)/a. Na falta de apoios naturais, surgem os apoios comprados. Os dados ratificam os postulados de Julien (2000), que salienta que o social modela a relação entre pais e filhos, intermediado pela ação de profissionais da saúde, educadores e representantes da lei.

Considerações finais

O propósito de investigar a vivência da monoparentalidade levou-nos ao encontro de um grupo de pesquisa formado por famílias que se constituíram desde o início como monoparentais. Estes sujeitos foram aqueles que se mostraram receptivos a serem entrevistados. Os convidados de famílias que se tornaram monoparentais apresentaram uma resistência a participar da pesquisa, talvez pela dificuldade em falar de uma vivência que implica em uma ausência.

Surpreendeu-nos o fato de que dos oito participantes, sete tornaram-se pais pela via da adoção, o que trouxe aos nossos resultados algumas características similares àquelas referentes a pais adotivos, sendo esta uma especificidade do grupo monoparental estudado. Outro fator surpreendente aconteceu em relação à presença de três participantes do gênero masculino, uma vez que as famílias

monoparentais femininas constituem uma grande maioria na população brasileira, conforme dados estatísticos. É importante assinalar que a inserção dos homens na vida privada corresponde a uma série de desconstruções ocorridas nas relações familiares, sendo um exemplo que vem ilustrar no pensamento de Baumann (2001) a liquefação dos sólidos, a flexibilização dos modelos rígidos, pré-estabelecidos, como mencionado ao início deste trabalho. Assim, a monoparentalidade masculina como aqui apresentada constitui, entre outros fatos, uma das repercussões do ingresso das mulheres na vida pública.

Os participantes, ao discursarem sobre a relação com os filhos, desenvolveram várias narrativas referindo-se à interação entre eles. No discurso sobre os limites e regras que vivem em suas famílias e sobre os conflitos na relação com os filhos, a maioria dos entrevistados narrou sobre as vicissitudes no exercício da autoridade solitária ao colocar limites e regras no dia a dia. Neste quesito, sete entrevistados expuseram as dificuldades enfrentadas ao se posicionarem frente às questões, às dúvidas e à agressividade dos filhos, algumas vezes contra eles mesmos. Três participantes explicitaram as dificuldades relacionadas à imposição de limites, devido a contextos anteriores nos quais as crianças viveram, nos quais elas não estavam acostumadas a ter limites, problema característico de famílias adotivas em geral, e que se intensifica para quem exerce sozinho a parentalidade. Em uma narrativa apenas, referente à família biológica, a hierarquia mostrou-se debilitada em favor de um relacionamento predominantemente afetivo com o filho, o que vai ao encontro do pensamento de Levy (2005) sobre a necessidade da existência de outras pessoas que possam incidir na relação, e exercer uma função de anteparo diante dos desejos de fusão tanto da criança quanto do sujeito no encargo da função materna.

Grande parte dos relatos versou sobre as origens da relação parento-filial sempre se reportando a uma história ou a um processo que se iniciou com o desejo. Sobre este tema, dois participantes relataram os processos psicológicos iniciais na constituição do vínculo parental. Quatro entrevistados relacionaram a forma de vivenciar o vínculo afetivo com os filhos ao modo como o viveram com seus pais, no passado. Enquanto as falas femininas indicam a tendência a reproduzir a natureza do vínculo afetivo que tiveram na família de origem, as falas

masculinas procuram colocar na relação com os filhos, o que sentiram falta com seus pais – uma maior presença e proximidade. Todas as narrativas ressaltam a valorização dos estudos, como um meio de garantir autonomia para os filhos no futuro, o que corresponde a um ideal social do nosso tempo, uma vez que compensa a realidade de uma época de aceleradas mudanças e de incertezas no porvir. Entretanto, seis entrevistados narraram que esperam que os filhos sejam felizes e que sejam pessoas portadoras de valores morais. Enquanto o ideal de felicidade está de acordo com os valores reacionários aos primeiros tempos modernos, de uma sociedade disciplinar, os valores morais contrastam com aqueles da nossa atual sociedade, regida por interesses majoritariamente hedonistas, imediatistas e consumistas.

Neste percurso, confirmou-se a importância da rede social de apoio, que esteve presente em todas as narrativas com diferentes formas e funções, incluindo amigos, colegas, vizinhos, a família extensa, irmãos mais velhos, instituições de acolhimento e seus profissionais, Igrejas, grupos de adoção, redes sociais (virtuais). Ela possibilita a existência da maioria destas famílias e também oferece suporte no cotidiano, auxiliando no exercício de papéis parentais. Destacou-se nestes resultados o papel do profissional da Psicologia, conferindo suporte emocional, auxiliando no estabelecimento de lugares e papéis e favorecendo na consolidação dos vínculos.

Os resultados apresentados nesta pesquisa apresentam limitações, uma vez que seus participantes são representantes de famílias que se constituíram como monoparentais, não havendo sido estudado as dinâmicas próprias de famílias que se tornaram monoparentais. A parentalidade solitária aqui estudada não abrange as famílias formadas por meios como a reprodução assistida. Além disto, o perfil do grupo estudado não representa a monoparentalidade como acontece na maioria estatística da população brasileira. Os problemas destas últimas encontram-se em grande parte associados a problemas de natureza social, que compreende dificuldades materiais e educacionais, além de emocionais.

Entretanto, como dito anteriormente, o grupo de monoparentalidade majoritariamente por adoção constitui uma parcela cada vez mais expressiva da sociedade (Leão, Porta, Pauli, Antoniazzi, Siqueira, 2017) e com significativa

função social, levando-se em consideração a realidade brasileira de crianças em instituições de acolhimento que aguardam pertencerem a uma família. Os resultados aqui apresentados demonstram que as famílias monoparentais não devem ser avaliadas apenas como um déficit da família conjugal, pois apresentam novas formas de subjetivação, ao exercer de outro modo as funções parentais e ao viver de novas maneiras o vínculo parento-filial. Estes resultados nos remetem a Singly (2011) quando ele postula que a família contemporânea é cada vez mais privada e pública, simultaneamente, uma vez que as relações parento-filiais são marcadas por maior proximidade e afetividade, ao mesmo tempo em que ela se abre a outras pessoas, profissionais e sistemas, podendo até mesmo criar novas redes. Estariam as famílias monoparentais mais abertas ao público que as outras famílias?

Concluimos que as famílias contemporâneas e especificamente as monoparentais, ao responderem aos desafios e às demandas impostas pela cultura contemporânea, modificam suas formas de exercer as funções parentais e viver o vínculo parento-filial e mantêm a sua função de transmissão de valores culturais ao mesmo tempo que, conforme postula Roudinesco (2003), é nela que pode se desenvolver uma nova ordem simbólica, apontando para um novo modo de subjetivação nas relações familiares da atualidade.

4. Conclusão

Consideramos importante ressaltar que, no decorrer desta pesquisa, ainda na fase de recrutamento dos participantes, pudemos observar diferentes comportamentos entre sujeitos representantes de famílias monoparentais, de modo que configuraram-se dois grupos distintos – famílias que se tornaram monoparentais e famílias que se constituíram desde o início como tal. Enquanto os primeiros se destacaram por apresentar uma resistência a serem entrevistados, os outros foram receptivos ao convite, o que sugere a existência de diferentes experiências subjetivas quanto à vivência monoparental. A resistência dos primeiros talvez se relacione ao fato de que estes sujeitos nunca tiveram esse modelo familiar como referência, considerando-se que estas famílias se constituíram como biparentais, sendo a falta o signifiante prevalente. Deste modo, entendemos que esta resistência sugere dificuldades em falar de uma vivência que implica em uma ausência. A receptividade do segundo grupo contrastou com o primeiro e os relatos oriundos das entrevistas demonstraram que a força do desejo de ter filho encontrou na monoparentalidade a sua possibilidade de realização, tornando-se algo muito pensado, planejado e falado. Assim chegamos à configuração de um grupo caracterizado por famílias cujo imperativo maior foi o desejo de ter filho e que encontraram na monoparentalidade a forma de realizar este desejo. Este primeiro contato ilustra de antemão distintas faces da monoparentalidade, o que nos leva a refletir sobre a necessidade de desenvolvermos uma escuta que contemple as especificidades de cada família, uma vez que a monoparentalidade compreende distintas experiências subjetivas.

Surpreendeu-nos igualmente o fato de o grupo recrutado ser constituído majoritariamente por famílias monoparentais adotivas, sete em oito famílias, o que trouxe aos nossos resultados algumas semelhanças com aqueles das famílias constituídas por via da adoção. Dentre eles, podemos citar a importância da rede social para a constituição e legitimação da família adotiva, os procedimentos jurídicos participando da transição para a parentalidade, e ainda as dificuldades de adaptação devido ao contexto anterior no qual a criança vivia.

Outro dado surpreendente foi a presença de três participantes do gênero masculino no total de oito entrevistados, uma vez que a monoparentalidade feminina constitui grande maioria na população brasileira. Utilizando a metáfora empregada por Baumann (2001), este é um dos exemplos de sólidos que se liquifizeram, de modelos rígidos que se flexibilizaram, uma vez que, como apontamos anteriormente, o deslocamento dos homens para a vida privada constitui um dos efeitos das desconstruções que vem sofrendo a família conjugal, ilustrando assim uma das repercussões do ingresso das mulheres na vida pública.

A partir do que foi discutido nesta dissertação constatou-se que a sobrecarga em decorrência do exercício solitário de funções e papéis parentais confirma-se como um problema central, mesmo nas famílias que optaram pela monoparentalidade como único meio de vivenciar a experiência parental.

Verificou-se que, neste grupo, a escolha pela parentalidade solitária se dá em consequência de diferentes motivações, como também devido à ausência de um parceiro com quem compartilhar este desejo. As motivações podem ser conscientes e inconscientes, sendo impossível esgotar todos os seus conteúdos. Algumas motivações estão relacionadas a aspectos de transmissão familiar como no desejo de reviver ou transformar a relação com os primeiros objetos de amor. Entre os homens, a experiência prévia com cuidados de crianças e adolescentes alimentou o desejo de ter filhos. As restrições quanto ao compartilhamento deste desejo com o cônjuge predispueram à opção pela parentalidade solitária.

Observou-se que, a despeito das diferentes motivações e da sobrecarga de papéis e funções, o exercício da monoparentalidade é percebido como uma experiência que produz transformações sociais e emocionais na vida do sujeito. Os homens encontram novas formas de experienciar as relações de trabalho e sociais, e de pensar sua própria história vincular. As mulheres vivenciam o vínculo afetivo com os filhos de forma a preencher o vazio existencial, se transformar, ou fugir da solidão. Paradoxalmente, elas reinventam a maternidade, ao experienciar de forma consciente e criativa o vínculo parental, diferenciando-se daquelas que, no passado, submetiam-se a um destino irrevogável.

Verificou-se que o preconceito é um dos desafios destas famílias e que, no caso da monoparentalidade adotiva, atinge mais fortemente os homens que as mulheres, em decorrência das fantasias coletivas associadas à pedofilia. Adicionalmente, é de difícil apreensão, para outras famílias, a existência de um filho sem mãe. Observaram-se ainda obstáculos enfrentados pelos homens perante órgãos governamentais em decorrência da ausência do nome materno na certidão do filho, uma vez que o nome da mãe é considerado como campo obrigatório! Constatou-se também a culpabilização da adotante monoparental pela escolha que fez, frente às suas queixas relacionadas à sobrecarga. No âmbito destas considerações, observou-se que cabe à rede social desenvolver estratégias para lidar com as novas situações trazidas pelas famílias monoparentais.

Sobre a construção do vínculo com os filhos no cotidiano, constatamos a influência do passado e as projeções de um futuro. Observaram-se elementos de transmissão na relação com os filhos, em busca de uma revivescência do vínculo afetivo ou de uma reparação na direção de maior presença e proximidade. Foi também observada a valorização dos estudos, demonstrando um atravessamento dos ideais sociais nos ideais parentais, por constituir uma forma de buscar autonomia em compensação às incertezas do futuro, o que é próprio da sociedade atual, marcada por aceleradas transformações. Constataram-se, em segundo lugar, os ideais de felicidade para os filhos juntamente com a expectativa de que eles sejam portadores de valores morais. Tais resultados estão ausentes em outras pesquisas sobre as expectativas parentais quanto ao futuro dos filhos. O ideal de felicidade para os filhos está em consonância com os imperativos culturais da pós-modernidade, quando a busca de felicidade individual significou uma compensação à rigidez das normas e padrões impostos pela sociedade disciplinar dos primeiros tempos modernos (Lipovetsky, 1997). Já, o ideal de que os filhos desenvolvam valores morais se diferenciam do panorama vivido na sociedade contemporânea, conforme a crítica efetuada por Bauman (2001) aos valores da sociedade contemporânea que conforme o autor é regida predominantemente por interesses imediatistas, hedonistas e consumistas.

Verificou-se que o exercício da autoridade, ao colocar limites e regras, se confirma como o aspecto mais desafiador, uma vez que os pais e mães encontram-

se sozinhos frente às dúvidas, questões e agressividade dos filhos. Este aspecto coincide, em boa parte, às incertezas da solidão monoparental nos momentos de tomadas de decisão. Observou-se ainda dificuldades de adaptação a limites e regras devido ao contexto anterior no qual a criança vivia.

A importância da rede social de apoio para estas famílias, desde a sua constituição, foi também verificada. A rede social, construída pela(o) mãe/pai se apresenta de variadas formas e destacou-se o papel do profissional da Psicologia, que auxilia no suporte emocional, no estabelecimento de lugares e papéis, favorecendo a construção e consolidação dos vínculos.

Por fim, cabe ressaltar a limitação relacionada ao grupo pesquisado, uma vez que abrange apenas uma das facetas da monoparentalidade das camadas médias da população carioca, não abrangendo outras formas de ingresso nesta situação parental. Além disto, não se trata de um grupo representativo da maioria das famílias monoparentais brasileiras, relacionada, em grande parte, a problemas sociais, de precariedade de recursos materiais, educacionais, além dos emocionais. Do ponto de vista teórico, ressaltamos que encontramos pesquisas com estudo aprofundado a respeito das motivações dos representantes destas famílias, mas observamos uma carência de investigações aprofundadas sobre o processo de adaptação, sobre os aspectos psicológicos envolvidos na transição para a monoparentalidade por via da adoção, por exemplo. Não encontramos também variedade de estudos sobre o exercício da autoridade em famílias sem a presença de casal. Igualmente, encontramos poucos estudos que salientem as medidas criativas e construtivas encontradas por estas famílias no exercício das funções e papéis parentais.

Em suma, observaram-se aspectos paradoxais nas famílias monoparentais por e. Se por um lado, a sobrecarga, as incertezas da solidão, o exercício da autoridade e o preconceito constituem aspectos difíceis da vivência monoparental, por outro, ocorrem em transformações significativas na vida do sujeito. Trata-se de famílias nas quais o sujeito escolhe estar no lugar parental e, a despeito dos desafios, o faz de forma ativa, consciente e participativa. Se as funções maternas e paternas, como conhecidas tradicionalmente, constituíram modos de subjetivação próprios de uma época, as famílias contemporâneas, especificamente as

monoparentais, modificam suas formas de exercer as funções parentais, apontando para novos modos de estar e fazer-se em vínculo com o outro, nas relações familiares.

5. Referências bibliográficas

- Agence Française de l'Adoption - AFA. (2008). L'enfant adopté par un(e) célibataire. *Cahier Psy 7*. Retirado em 22/10/2018 do Les cahiers pratiques de l'AFA : <http://www.agence-adoption.fr/lafa-vous-informe/cahiers-psy/7/>
- Brasil. (2014). Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/legislacao-pdf/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em 12 dez 2018.
- Andolfi, M., & Angelo, C. (1989). *Tempo e mito em psicoterapia familiar*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Anton, I. L. C. (2018). *Vínculos e Saúde Mental*. Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Badinter, E. (1980). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70 LDA/Almedina Brasil.
- Bauman, Z. (2001). *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Benghozi, P. (2010). *Malhagem, filiação e afiliação*. São Paulo: Vetor.
- Berenstein, I. (1987). *Psicoanalisar una familia*. Buenos Aires: Paidós.
- Berenstein, I. (2009). Prólogo. In L. Weisman, 2015, *Famílias Monoparentais* (2ª, pp. 19–26). São Paulo: casa do Psicólogo.
- BMFSFJ - Bundesministerium für Familie Senioren Frauen und Jugend. (2012). Alleinerziehende in Deutschland - Lebenssituationen und Lebenswirklichkeiten von Müttern und Kindern. *Monitor Familienforschung*, (28).
- Borges, C., Magalhães, A., & Féres-Carneiro, T. (2015). Liberdade e desejo de constituir família: percepções de jovens adultos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia (Online)*, (66), 89–103.
- Ciccone, A. (2014a). La fonction paternelle: nouvelles perspectives. In *La psychanalyse à l'épreuve du bébé* (2ª). Paris: Dunod.
- Ciccone, A. (2014b). La part bébé du soi et les formes primaires de la subjectivité. In B. Roussillon (Org.), *Formes primaires de symbolisation* (p. 222). Paris: Dunod.
- Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2011). A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In L. V. C. Moreira & E. P.

- Rabinovich (Eds.), *Família e parentalidade: olhares da Psicologia e da História* (pp. 117–134). Curitiba-PR: Juruá.
- Féres-Carneiro, T., Mello, R., Machado, R., & Magalhães, A. (2017). Expectativas parentais na temporalidade contemporânea. *Estilos Clin.*, 22(1), 29–44.
- Fonseca, C. L. W. (1997). Ser mulher, mãe e pobre. In M. Del Priori (org) *História das mulheres no Brasil* (pp. 510–533). São Paulo: Contexto.
- Freud, S. (2009). Totem e tabu (1913-1914). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Gil, D., & Nuñez, S. (2002). *Porque me haz abandonado? El psicoanálisis y el fin de la sociedad patriarcal*. Montevideo: Trilce.
- Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In L. Solis-Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe: parentalidade, um desafio para o próximo milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Síntese de indicadores 2016. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2015, tabela 2.4*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2016/default_tab_xls.shtm. Acesso em 22/10/2018.
- Julien, P. (2000). *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Leão, F., Porta, D., Pauli, C., Antoniazzi, M., & Siqueira, A. (2017). Reflexões teóricas sobre maternidade e adoção no contexto da monoparentalidade feminina. *Pensando Famílias*, 2(21), 45–59.
- Letablier, M.-T. (2011). La monoparentalité aujourd ' hui : continuités et changements. In E. Ruspini (Ed.), *Monoparentalité, homoparentalité, transparentalité en France et en Italie. Tendances, défis et nouvelles exigences* (pp. 33–68). L'Harmattan. Retrieved from hal.archives-ouvertes.fr/ird00554415
- Lévi-Strauss, C. (1979). La Famille. In R. Bellour & C. Clément (Eds.), *Textes de et sur Claude Lévi-Strauss* (p. 95). Paris: Galimard.
- Levy, L. (2005). Famílias monoparentais adotivas: a importancia de uma rede de apoio. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e Casal: efeitos da contemporaneidade* (pp. 50–57). Rio de Janeiro: Puc-Rio.
- Levy, L., & Féres-Carneiro, T. (2002). Famílias monoparentais femininas: um estudo sobre a motivação de mulheres que adotam. *Interação Em Psicologia*, 6(2), 243–250.

- Lipovetsky, G. (2005). *A era do vazio*. Manole.
- Lipovetsky, G. (2011). Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna. In *Os tempos hipermodernos* (pp. 49–103).
- Lyotard, J. F. (1986). *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Machado, R., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. (2015). Parentalidade adotiva: contextualizando a escolha. *Psico*, 46(4), 442–451.
- Magalhães, A., Féres-Carneiro, T.; Machado, R. N., & Mello, R. (2015). Autoridade parental e violência familiar: o pai em questão. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos* (p. 224). Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio: Propesctiva.
- Magalhães, A., & Féres-Carneiro, T. (2005). Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* (pp. 24–32). Rio de Janeiro: Puc-Rio.
- Magalhães, A., & Féres-Carneiro, T. (2007). Transmissão psíquica geracional: um estudo de caso. In *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação* (pp. 341–360).
- Marin, A., & Piccinini, C. (2009). Famílias uniparentais: a mãe solteira na literatura. *Psico*, 422–429.
- Mezan, R. (2015). Prefácio. In L. Weissmann (Ed.), *Famílias Monoparentais* (2ª, pp. 13–17). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nazir, H. (2001). *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Postigo, V. (2010). A ética e o sujeito da hipermodernidade. In *A Ética como fundamento dos projetos humanos*. Rio de Janeiro: Saraiva.
- Puget, J. (1997). O casal: uma entidade psicanalítica. In *Zimmerman, D E (Org) Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre, RS: Artes médicas.
- Racamier, P.-C., Sens, C., & Carretier, L. (1961). La mère et l'enfant dans le psychoses du post-partum. In *L'évolution psychiatrique*, vol. 26, 4 (pp. 525–557). Paris.
- Rodrigues, G. A., & Hintz, H. C. (2013). Vínculo em famílias monoparentais com filhos gêmeos. *Pensando Famílias*, 17(2), 48–60. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200004
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Ruiz Correa, O. B. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35–45.
- Santos, C., Fonsêca, M., Fonsêca, C., & Dias, C. (2011). Adoção por pais solteiros. *Psicologia: Teoria e Prática*, 89–102.
- Singly, F. de. (2011). *Sociologia da família contemporânea*. Lisboa: Ed texto&grafia.
- Singly, F. de. (2011). *Sociologia da família contemporânea*. Lisboa: Ed texto&grafia.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Solis-Ponton, L. (2004). A construção da parentalidade. In L. Solis-Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe: parentalidade, um desafio para o próximo milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, M. B., & Sanguineti, E. T. (2012). Pais que assumiram sozinhos os cuidados parentais de seus filhos. Retrieved from www.psicologia.pt
- Thevenot, A. (2014). Genre et fonctions parentales. *Journal électronique interne de l'Université de Strasbourg n° 88, édition du 14 mars 2014*. Retirado em 22/08/2018, de SuLiSoM – Subjectivité, lien social et modernité: <http://ea3071.unistra.fr/wp-content/uploads/2012/12/genre-parentalité.pdf>
- Tustin, F. (1981). *Autistic States in Children*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Uziel, A. P. (2004). Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação. In M. L. Heilborn (Ed.), *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV.
- Walsh, F. (2016). Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. In *Processos normativos da família: diversidade e complexidade* (pp. 3–27). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Weber, L. N. D. (2011). *Adote com carinho: Um manual sobre aspectos essenciais de adoção*. Curitiba: Juruá.
- Weissmann, L. (2015). *Famílias Monoparentais: um olhar da teoria das configurações vinculares* (2ª). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Winnicott, D. W. (n.d.). Preocupação materna primária. In *Da pediatria à psicanálise* (pp. 399–405). Rio de Janeiro: Imago.
- Zornig, S. A.-J. (2012). Construção da parentalidade: da infância dos pais ao nascimento dos filhos. In P. Piccinini, C. A.; Alvarenga (Org.), *Maternidade e paternidade: a parentalidade em diferentes contextos* (1ª, p. 416). Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo.

Anexo 1

Tabela 1

Perfil dos participantes (M=Mãe, P=Pai; F= Feminino, M= Masculino)

Participantes	Idade	Número de filhos	Sexo e idade dos filhos	Tempo de existência da família	Profissão	Escolaridade
M1	35	1 biológico	M 9 anos	9 anos	Empresária	Superior
M2	50	1 adotiva	F 3 anos e 6 meses	3 anos e 4 meses	Cirurgiã-dentista	Mestrado
M3	43	2 biológicos 2 adotivos	F 23 anos M 22 anos F 6 anos M 4 anos	4 anos	Oficial de justiça	Superior
M4	39	1 adotiva	F 7anos	5 anos	Consultora de beleza	Superior
M5	53	1 adotiva	F 10 anos	8 anos e 4 meses	Advogada	Mestrado
P1	48	1 adotivo	M 17 anos	5 anos	Engenheiro civil	Superior
P2	58	1 adotivo	M 10 anos	1 ano e 5 meses	Aposentado do Banco do Brasil	Especialização
P3	42	2 adotivos	M 11 anos M 12 anos	3 anos (1º filho) 2 anos (2º filho)	Militar	Superior

Anexo II

Roteiro semiestruturado da entrevista

Pergunta disparadora:

Como é para você ser mãe/pai na sua família?

Demais perguntas que nortearam a entrevista:

- Como é a relação entre você e seu filho?
- Na sua concepção de família, quais os limites e regras que você considera os mais importantes?
 - Existem expressões de afeto entre vocês?
 - O que seu filho significa para você?
 - O que gera conflitos entre vocês?
 - Vocês têm apoio de outras pessoas que ajudam?
 - Na sua infância, como foi a sua relação com o/a seu/sua pai/mãe?
 - Que expectativas você tem em relação ao seu filho?
 - Quais você considera serem os principais desafios?
 - Há ainda algo que você gostaria de falar sobre esse assunto?

Anexo III



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome do projeto de pesquisa: Famílias Monoparentais: um estudo sobre a vivência da parentalidade

Pesquisadora responsável: Sibely Joaquina Pereira Lima

E-mail: sibely_lima@yahoo.com.br; cel: (21) 99555-1280

Orientadora: Terezinha Fêres-Carneiro; teferca@puc-rio.br; cel: (21) 99111-0180

Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEPq-PUC-Rio): (21) 3527-1618

Prezado(a) participante

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, que pretende investigar a vivência da parentalidade em famílias monoparentais, como os laços se constituem e como estas famílias se relacionam com as redes de apoio. A justificativa da realização desta pesquisa está relacionada ao número crescente de famílias na configuração monoparental e às aceleradas transformações que elas vêm sofrendo, tornando necessário a realização de pesquisas que considerem as especificidades e desafios destes grupos na atualidade, no Rio de Janeiro. A pesquisa é realizada a partir do preenchimento de uma ficha de avaliação biográfica e de uma entrevista com roteiro semiestruturado, que será gravada em áudio e transcrita. Todas as informações têm caráter confidencial, mantendo-se em sigilo a sua identidade.

A sua participação é voluntária, estando você livre para fazer as perguntas que julgar necessárias. Caso não compreenda a formulação de alguma pergunta, o pesquisador poderá colocá-la de outro modo, atendendo às suas questões. A participação nesta pesquisa não implica em riscos diretos para você. Porém, há um risco mínimo de que você sinta algum desconforto em relação a alguma das perguntas realizadas na entrevista. Nesse caso, você pode optar por não responder à pergunta, ou interromper a entrevista, retirando-se do estudo, sem qualquer constrangimento ou penalização. Embora muito pouco provável, caso você sinta eventuais desconfortos trazidos pela participação nesta pesquisa, caracterizando necessidade de atendimento psicológico, nós nos asseguraremos de encaminhá-lo a um serviço de atendimento gratuito. Da mesma maneira, não estão previstos benefícios diretos com a participação na pesquisa. Entretanto, a participação

neste estudo pode ser uma oportunidade para que você reflita sobre suas atitudes e seu impacto nas relações que dizem respeito à sua família. Por outro lado, ao participar desta investigação, você estará contribuindo para a produção de conhecimento na área de família, que poderá ser utilizado em políticas públicas e também no trabalho psicoterápico com famílias, constituindo um benefício social.

O Termo de Consentimento é assinado em duas vias, sendo uma entregue ao participante e a outra, ao(à) pesquisador(a). Assinando este termo, você está autorizando a utilização das informações prestadas em ensino, pesquisa e publicação, sendo preservada sua identidade e a dos membros da sua família.

Eu,

fui informado(a) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada. Recebi orientações sobre os procedimentos envolvidos e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento posso solicitar novas informações e retirar meu consentimento, se assim o desejar. A pesquisadora Sibely Joaquina Pereira Lima certificou-me de que todos os dados desta pesquisa são confidenciais. Caso tenha novas perguntas sobre este estudo, poderei entrar em contato com a referida pesquisadora, ou com a orientadora Terezinha-Féres-Carneiro, ou ainda, com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Estou ciente de que o Comitê de Ética da PUC-Rio aprovou esta pesquisa e que os dados coletados, gravados em áudio e transcritos, serão guardados de forma não identificável pela pesquisadora na Rua Professor Hermes Lima, 120/202, Recreio, Rio de Janeiro-RJ, pelo período de cinco anos.

Estou assinando voluntariamente este termo, o que indica que concordo com minha participação nesta pesquisa. Declaro que recebi uma cópia do presente termo de consentimento.

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Rio de Janeiro, ____/____/____